



# Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial CAIXA

## ÍNDICE GERAL

	Página
Relatório dos Auditores Independentes	02
Demonstrativos Contábeis	05
Notas Explicativas da Administração	09

# **Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos Administradores e Acionista da  
**Caixa Econômica Federal - CAIXA**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

## **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis**

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração da CAIXA, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# **Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

## **Ênfases**

### *Créditos com FCVS*

Chamamos a atenção para a nota 7(b) as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em 30 de junho de 2016, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 27.218 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.722 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.940 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 18.436 milhões, em 30 de junho de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Créditos tributários*

Chamamos a atenção para a nota 20(d) as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em 30 de junho de 2016, a CAIXA possui R\$ 37.903 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.146 milhões. O valor registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Créditos tributários em controlada em conjunto*

Em 30 de junho de 2016, a controlada em conjunto Banco PAN S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.157 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco PAN S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

### *Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota 3(t) as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da CAIXA para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

### **Outros assuntos**

A Caixa Econômica Federal - CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações e contendo as mesmas ênfases acima mencionadas sobre créditos a receber do FCVS, crédito tributário, crédito tributário em controlada em conjunto e riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos, em 10 de agosto de 2016.

São Paulo, 30 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6

**Balanço Patrimonial Consolidado do Conglomerado Prudencial**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/06/2016	30/06/2015 (Nota 3 (f))	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2016	30/06/2015 (Nota 3 (f))
<b>CIRCULANTE</b>	<b>583.915.734</b>	<b>540.113.225</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>685.259.060</b>	<b>642.143.287</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.650.572	12.848.709	DEPÓSITOS (Nota 14)	362.802.945	345.702.257
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	149.619.035	125.729.829	Depósitos à vista	26.577.356	27.879.391
Aplicações no mercado aberto	138.125.024	117.566.236	Depósitos de poupança	238.702.276	232.117.335
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.494.077	8.163.694	Depósitos interfinanceiros	483.936	1.936.147
Provisões para perdas	(66)	(101)	Depósitos a prazo	86.160.376	74.643.763
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	135.856.308	125.519.139	Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	9.125.621
Carteira própria - livre	83.546.802	43.170.336	Outros depósitos	59	-
Vinculados a compromissos de recompra	43.118.080	71.466.702	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	171.416.658	174.400.808
Instrumentos financeiros derivativos	109.081	2.062.377	Carteira própria	82.642.857	102.341.938
Vinculados ao Banco Central	675	1.100	Carteira de terceiros	108.773.801	72.058.870
Vinculados a prestação de garantias	4.622.731	8.818.624	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	87.385.233	62.918.178
Carteira de livre movimentação	4.458.939	-	Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	87.222.086	62.760.287
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	109.474.698	98.192.610	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	163.147	157.891
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.328.945	1.496.605	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.066.877	2.166.171
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	107.286.065	95.768.498	Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.056.366	2.157.545
Correspondentes	859.688	927.507	Correspondentes	10.511	8.626
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	66.193	80.940	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	737.329	685.398
Recursos em trânsito de terceiros	332	259	Recursos em trânsito de terceiros	714.415	613.642
Transferências internas de recursos	65.861	80.681	Transferências internas de recursos	22.914	71.756
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	142.394.074	138.009.940	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	5.484.889	6.872.091
Setor público	9.101.670	5.606.942	Empréstimos no exterior	5.484.889	6.872.091
Setor privado	153.881.409	147.400.576	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.523.499	1.462.525
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.210.642	705.386	TESOURO NACIONAL - PIS	303.553	359.057
Provisão para operações de créditos	(21.799.647)	(15.702.964)	BNDES	1.095.257	783.297
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	33.025.489	37.766.669	FGTS	122.710	318.086
Créditos por avais e fianças honrados	35.029	32.817	Outras	1.979	2.085
Carteira de câmbio	5.518.696	4.183.607	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	892.238	73.985
Rendas a receber	2.907.439	3.465.180	Instrumentos financeiros derivativos	892.238	73.985
Negociação e intermediação de valores	37.210	55.104	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	52.949.392	47.861.874
Créditos específicos	855.863	781.653	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	1.480.557
Diversos	24.126.321	29.560.549	Carteira de câmbio	1.470.829	264.984
Provisão para outros créditos	(455.089)	(312.241)	Sociais e estatutárias	1.551.979	1.248.490
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	3.829.365	1.965.389	Fiscais e previdenciárias	1.434.139	1.839.797
Outros valores e bens	3.901.894	1.957.092	Negociação e intermediação de valores	10.443	117.016
Provisões para perdas	(163.896)	(94.693)	Recursos para desinação específica:	11.322.694	9.554.544
Despesas antecipadas	91.367	102.990	Obrigações de operações com loterias	652.627	891.360
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>616.905.327</b>	<b>566.275.646</b>	Obrigações por fundos e programas sociais	8.297.918	7.638.044
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	44.586.725	44.573.491	Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	2.372.149	1.025.140
Carteira própria - livre	8.799.473	10.670.844	Instrumentos híbridos de capital e dívida	481.604	741.048
Vinculados a compromissos de recompra	34.786.577	33.900.020	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	884.776	876.818
Instrumentos financeiros derivativos	997.657	-	Diversas	34.712.178	31.738.620
Vinculados ao Banco Central	-	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>466.539.231</b>	<b>414.494.132</b>
Vinculados a prestação de garantias	3.018	2.627	DEPÓSITOS (Nota 14)	100.393.381	80.784.042
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	27.314.616	26.320.106	Depósitos interfinanceiros	350.285	487.576
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	27.314.616	26.320.106	Depósitos a prazo	100.043.096	80.296.466
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	500.962.192	470.286.774	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	17.732.888	1.882.657
Setor público	47.485.639	44.499.369	Carteira própria	13.919.833	1.882.657
Setor privado	460.839.723	434.871.276	Carteira de livre movimentação	3.813.055	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.123.604	4.270.540	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	76.597.512	99.365.563
Provisão para operações de créditos	(14.486.774)	(13.354.411)	Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	63.856.507	86.868.650
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	44.041.794	25.095.275	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.741.005	12.496.913
Diversos	44.071.873	25.143.532	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	312.346	2.825.578
Provisão para outros créditos	(30.079)	(48.257)	Empréstimos no exterior	312.346	2.825.578
PERMANENTE	13.326.168	12.772.034	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	222.723.779	189.270.657
INVESTIMENTOS (Nota 11)	6.420.499	5.833.380	TESOURO NACIONAL - PIS	563.091	351.319
Participações em coligadas e controladas:	5.991.323	5.378.956	BNDES	30.490.892	30.583.839
No país	5.991.214	5.378.756	FGTS	189.236.352	156.173.663
No exterior	109	200	Outras	2.433.444	2.161.836
Outros investimentos	703.970	674.391	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	53.420	-
Provisão para perdas	(274.794)	(219.967)	Repasse do exterior	53.420	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.697.636	3.848.753	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	48.725.905	40.365.635
Imóveis de uso	1.843.002	1.408.414	Fiscais e previdenciárias	121.815	175.555
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	728.363	Instrumentos híbridos de capital e dívida	441.437	247.234
Outras imobilizações de uso	7.466.811	7.029.859	Dívidas subordinadas	11.138.061	-
Depreciações acumuladas	(6.322.317)	(5.317.883)	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11.970.183	19.678.516
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.208.033	3.089.901	Diversas	25.054.409	20.264.330
Ativos intangíveis	4.862.235	4.428.750	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.348.938	62.523.486
Amortizações acumuladas	(1.654.202)	(1.338.849)	Capital social:	22.054.802	22.054.802
<b>T O T A L</b>	<b>1.214.147.229</b>	<b>1.119.160.905</b>	Capital de domiciliados No país	35.000.000	35.000.000
			Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)
			Instrumento elegível ao capital principal	36.453.645	36.066.566
			Reservas de capital	-	167
			Reserva de reavaliação	389.873	400.031
			Reservas de lucros	9.535.917	6.221.877
			Ajuste de avaliação patrimonial	(6.590.349)	(3.839.032)
			Lucros/Prejuízos Acumulados	505.050	1.599.075
			<b>T O T A L</b>	<b>1.214.147.229</b>	<b>1.119.160.905</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado Consolidada do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)</b>	<b>72.914.932</b>	<b>66.247.713</b>
Operações de crédito (Nota 8 (e))	45.826.506	40.759.197
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	28.290.382	17.353.810
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(7.762.951)	2.019.157
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		935.860
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	6.526.308	5.140.712
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	34.687	38.977
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)</b>	<b>(66.410.591)</b>	<b>(55.685.294)</b>
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(44.653.057)	(36.851.232)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(8.240.139)	(7.733.729)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(1.186.227)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.263.810)	(1.517.406)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(10.067.358)	(9.582.927)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.504.341</b>	<b>10.562.419</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(5.793.332)</b>	<b>(9.150.420)</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.579.972	8.018.304
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	2.370.762	1.980.055
Despesas de pessoal (Nota 24)	(10.062.945)	(9.628.111)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.868.747)	(5.636.381)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.835.076)	(1.714.760)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11 (b))	404.966	317.307
Outras receitas operacionais (Nota 26)	8.507.648	4.936.449
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(7.889.912)	(7.423.283)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>711.009</b>	<b>1.411.999</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)</b>	<b>(114.148)</b>	<b>(252.704)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>596.861</b>	<b>1.159.295</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))</b>	<b>2.239.833</b>	<b>2.759.157</b>
Tributos correntes	(61.175)	(668.682)
Ativo fiscal diferido	1.039.053	3.333.159
Passivo fiscal diferido	1.261.955	94.680
<b>PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO</b>	<b>(389.184)</b>	<b>(435.226)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>2.447.510</b>	<b>3.483.226</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (t))</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>408.392</b>	<b>2.325.326</b>	<b>4.547.771</b>	<b>(3.113.693)</b>		<b>62.090.723</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.780)				15.780	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(1.043.352)		(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.483.226	3.483.226
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(816.147)	(816.147)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(686.620)	(686.620)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>400.031</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(3.839.032)</b>	<b>1.599.075</b>	<b>62.523.486</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>		<b>400.384</b>	<b>2.617.409</b>	<b>6.651.881</b>	<b>(5.107.599)</b>		<b>62.703.443</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.482.750)		(1.482.750)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.548)	(5.548)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(14.425)				14.425	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(55.296)		(55.296)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079							367.079
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								2.447.510	2.447.510
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.173.750)	(1.173.750)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(455.664)	(455.664)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.453.645</b>		<b>389.873</b>	<b>2.717.002</b>	<b>6.818.915</b>	<b>(6.590.349)</b>	<b>505.050</b>	<b>62.348.938</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>15.083.995</b>	<b>12.008.322</b>
Lucro Líquido	2.447.510	3.483.226
Ajustes ao Lucro Líquido:	12.636.485	8.525.096
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	2.537.696	349.573
(Ganho)/Perda em Investimentos	(421.972)	(188.904)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado		(4.193)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(31.288)	(55)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.067.358	9.582.927
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.091.021	738.636
Depreciações e Amortizações	883.504	803.054
Impostos Diferidos	(2.301.008)	(3.427.839)
Despesas com provisões para causas judiciais	779.405	837.072
Resultado de Participação em Coligadas	(404.966)	(317.307)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	436.735	122.711
Despesas com atualização monetária de dividendos complementares pagos		29.421
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>(29.993.494)</b>	<b>(3.275.120)</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(947.337)	(1.629.776)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(14.210.464)	(2.421.390)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(1.169.515)	(2.423.366)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(1.084.098)	(1.233.210)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(447.508)	(367.302)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(19.398.723)	(47.100.800)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	29.047	246.486
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.221.357)	(407.069)
(Redução) Aumento em Depósitos	7.869.262	7.147.543
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(5.214.921)	3.513.581
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(5.407.614)	24.534.664
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	734.456	20.203
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.019.025	17.549.214
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	2.456.253	(394.966)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(308.932)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(14.909.499)</b>	<b>8.733.202</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(1.342.940)	(3.371.877)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	12.514.169	1.769.830
Aquisição de Investimentos		
Alienação de Imobilizado de Uso	5.816	14.066
Aquisição de Imobilizado de Uso	(305.068)	(573.857)
Baixa de Intangível	31.721	11.467
Aquisição de Intangível	(408.594)	(287.872)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>10.495.104</b>	<b>(2.438.243)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Incorporação de remuneração de IHCD	367.079	218.608
Dividendos complementares dos exercícios de 2015	(55.296)	(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(1.173.750)	(816.147)
Remuneração IHCD	(1.401.544)	(1.448.100)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(2.263.511)</b>	<b>(3.118.412)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(6.677.906)</b>	<b>3.176.547</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>		
Caixa e Equivalentes no início do Período	152.898.513	127.238.398
Caixa e Equivalentes no fim do período	146.220.607	130.414.945
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.677.906)</b>	<b>3.176.547</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional .....	10
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial .....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis .....	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa .....	22
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras .....	30
Nota 8 – Carteira de crédito .....	31
Nota 9 – Outros créditos .....	38
Nota 10 – Outros valores e bens .....	40
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas .....	41
Nota 12 – Imobilizado de uso .....	42
Nota 13 – Intangível .....	42
Nota 14 – Depósitos .....	43
Nota 15 – Captações no mercado aberto .....	47
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos .....	47
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses .....	48
Nota 18 – Outras obrigações .....	50
Nota 19 – Patrimônio líquido .....	55
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) .....	57
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira .....	59
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira .....	59
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias .....	60
Nota 24 – Despesas com pessoal .....	61
Nota 25 – Outras despesas administrativas .....	61
Nota 26 – Outras receitas operacionais .....	62
Nota 27 – Outras despesas operacionais .....	63
Nota 28 – Resultado não operacional .....	64
Nota 29 – Despesas tributárias .....	64
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias .....	65
Nota 31 – Partes relacionadas .....	69
Nota 32 – Benefícios a empregados .....	73
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo .....	92
Nota 34 – Eventos Subsequentes .....	94

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## **Nota 1 – Contexto operacional**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade S.A. e CAIXA Securitária.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Circular nº 3.701/2014, do Banco Central do Brasil (BACEN), não devendo assim serem confundidas com o conjunto de “Demonstrações Contábeis Consolidadas BrGaap”, as quais são elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do CMN, do BACEN, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

De acordo com as determinações vigentes, o Conglomerado Prudencial está composto pela CAIXA, instituição líder, pela CAIXA Consórcios S.A., com controle conjunto indireto por meio da subsidiária CAIXA Seguridade e pelo FIP Veneza com controle caracterizado pela retenção substancial de riscos e benefícios detidos pela subsidiária CAIXAPAR.

O controle conjunto indireto exercido no Banco Pan é praticado pela CAIXA, por meio da subsidiária CAIXAPAR, e pelo Banco BTG Pactual S.A. o que conduz a uma situação de controle onde os controladores e a controlada são instituições financeiras. O BACEN emitiu ofício dispensando a CAIXA e o Banco BTG Pactual S.A. de realizar os procedimentos de consolidação sobre as suas participações nesta instituição.

As Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações de 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 26 de agosto de 2016 e pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2016.

### Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”.

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão descritas a seguir:

#### (a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

#### (b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

#### (c) Critérios de consolidação

A elaboração do conglomerado prudencial é disciplinada pela Resolução nº 4280/13 e pela Circular 3.701/14 que exigem que a instituição líder consolide 100% dos fundos de investimentos, diretos e indiretos, desde que a instituição assuma ou detenham substancialmente riscos e benefícios inerentes dos fundos.

A norma não estabelece critério para a avaliação quanto à retenção substancial de riscos e benefícios de fundos de investimento, assim, foi estabelecido como critério a detenção pela instituição líder do conglomerado de mais de 50% das quotas de fundos de investimento, respaldada no entendimento de que a retenção substancial de riscos e benefícios é assegurada às instituições que detêm mais de 50% das quotas de fundos de investimento uma vez que coloca a instituição como quotista majoritária do fundo, destinando aos demais quotistas, se existirem, apenas risco residual.

Na consolidação são eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não integrantes do conglomerado no resultado da controladora foram destacadas em nota explicativa. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida, com exceção dos fundos de investimentos que são consolidados integralmente.

#### (d) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

#### (f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

#### **(g) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros, relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g).

#### **(h) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

**(i) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente à obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **(j) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros Créditos - Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

#### **(k) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

#### **(l) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(m) Imobilizado de uso**

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

**(n) Intangível**

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

**(o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

**(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente..

**(q) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes: são reconhecidos** contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes: são reconhecidos** nas demonstrações contábeis consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

**(r) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

**(s) Outros ativos e passivos**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**

**(i) Mudança de prática contábil – Segregação dos passivos contingentes em circulante e não circulante**

Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados como passivos contingentes, com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil.

A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificada como provável permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.

Os efeitos no Balanço Patrimonial decorrentes da segregação dos passivos contingentes, em circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30/06/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>646.424.539</b>	<b>(4.281.252)</b>	<b>642.143.287</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>52.143.126</b>	<b>(4.281.252)</b>	<b>47.861.874</b>
Diversas	36.019.872	(4.281.252)	31.738.620
<b>Não Circulante</b>	<b>410.212.880</b>	<b>4.281.252</b>	<b>414.494.132</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>36.084.383</b>	<b>4.281.252</b>	<b>40.365.635</b>
Diversas	15.983.078	4.281.252	20.264.330
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>62.523.486</b>	<b>-</b>	<b>62.523.486</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.119.160.905</b>	<b>-</b>	<b>1.119.160.905</b>

**(ii) Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior**

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas na Demonstração de Resultado do Semestre.

Os efeitos na demonstração de resultado decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior estão demonstrados a seguir:

Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
<b>RESULTADO</b>			
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>65.311.853</b>	<b>935.860</b>	<b>66.247.713</b>
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	-	935.860	935.860
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(55.014.426)</b>	<b>(670.868)</b>	<b>(55.685.294)</b>
Operações de captação no mercado	(34.381.375)	(2.469.857)	(36.851.232)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(7.575.090)	(158.639)	(7.733.729)
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	(1.957.628)	1.957.628	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>10.297.427</b>	<b>264.992</b>	<b>10.562.419</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(8.885.428)</b>	<b>(264.992)</b>	<b>(9.150.420)</b>
Outras receitas operacionais	5.479.983	(543.534)	4.936.449
Outras despesas operacionais	(7.701.825)	278.542	(7.423.283)
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.411.999</b>	<b>-</b>	<b>1.411.999</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>1.159.295</b>	<b>-</b>	<b>1.159.295</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.759.157</b>	<b>-</b>	<b>2.759.157</b>
<b>Participações dos empregados no lucro</b>	<b>(435.226)</b>	<b>-</b>	<b>(435.226)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>3.483.226</b>	<b>-</b>	<b>3.483.226</b>

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Despesas da intermediação financeira" para "Receitas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 935.860 composto por (1.957.628) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 2.893.488 (2.191.315 reclassificado para Operações de captação no mercado + 702.173 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Total de Disponibilidades (caixa)</b>	<b>9.650.572</b>	<b>12.848.709</b>
Disponibilidade em moeda nacional	7.291.132	7.692.026
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.359.440	5.156.683
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)</b>	<b>136.570.035</b>	<b>117.566.236</b>
<b>Total</b>	<b>146.220.607</b>	<b>130.414.945</b>

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

#### Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/06/2016	30/06/2015
<b>Aplicações no mercado aberto - posição bancada</b>	<b>27.804.638</b>	<b>1.025.517</b>	<b>28.830.155</b>	<b>45.463.206</b>
Letras Financeiras do Tesouro	8.297	-	8.297	202.992
Letras do Tesouro Nacional	9.029.472	1.025.517	10.054.989	33.554.284
Notas do Tesouro Nacional	18.766.869	-	18.766.869	11.705.930
<b>Aplicações no mercado aberto - posição financiada</b>	<b>109.294.869</b>	<b>-</b>	<b>109.294.869</b>	<b>72.103.030</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	2.671.529	-	2.671.529	6.270.687
Notas do Tesouro Nacional	106.623.340	-	106.623.340	65.832.343
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>11.489.000</b>	<b>5.011</b>	<b>11.494.011</b>	<b>8.163.593</b>
Depósitos interfinanceiros	11.246.503	5.011	11.251.514	5.663.547
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	242.563	-	242.563	2.500.147
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(66)	-	(66)	(101)
<b>Total - ativo circulante</b>	<b>148.588.507</b>	<b>1.030.528</b>	<b>149.619.035</b>	<b>125.729.829</b>

#### (a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>13.073.246</b>	<b>7.785.496</b>
Posição bancada	2.988.631	1.913.497
Posição financiada	10.084.615	5.871.999
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>721.951</b>	<b>382.708</b>
<b>Total</b>	<b>13.795.197</b>	<b>8.168.204</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

### (a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central		
<b>Títulos Públicos – Brasil</b>	<b>84.003.963</b>	<b>71.305.101</b>	<b>4.625.749</b>	<b>4.458.939</b>	<b>675</b>	-	<b>164.394.427</b>
Letras Financeiras do Tesouro	2.518.728	10.040.749	-	-	-	-	12.559.477
Letras do Tesouro Nacional	69.647.162	28.773.915	4.622.731	4.458.939	675	-	107.503.422
Notas do Tesouro Nacional	11.546.042	32.490.437	3.018	-	-	-	44.039.497
Tesouro Nacional/ Securitização	292.031	-	-	-	-	-	292.031
<b>Títulos - Empresas</b>	<b>8.342.312</b>	<b>6.599.556</b>	-	-	-	-	<b>14.941.868</b>
Debêntures	633.646	6.158.905	-	-	-	-	6.792.551
Nota promissória	519.911	-	-	-	-	-	519.911
Letras de Crédito Imobiliário	88.518	-	-	-	-	-	88.518
Letras Financeiras	152.431	-	-	-	-	-	152.431
Cotas de Fundos	154.014	-	-	-	-	-	154.014
Certificado de Recebíveis Imobiliários	902.792	440.651	-	-	-	-	1.343.443
Ações	5.891.000	-	-	-	-	-	5.891.000
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	-	-	-	-	-	<b>1.106.738</b>	<b>1.106.738</b>
<b>Total em 30/06/2016</b>	<b>92.346.275</b>	<b>77.904.657</b>	<b>4.625.749</b>	<b>4.458.939</b>	<b>675</b>	<b>1.106.738</b>	<b>180.443.033</b>
<b>Total em 30/06/2015</b>	<b>53.722.719</b>	<b>105.366.722</b>	<b>8.818.951</b>	-	<b>1.100</b>	<b>2.062.377</b>	<b>169.971.869</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Classificação da carteira por prazo**

Descrição	30/06/2016									
	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr.líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Títulos Públicos - Brasil</b>	<b>163.975.606</b>	<b>473.525</b>	<b>(54.704)</b>	<b>164.394.427</b>	<b>164.574.238</b>	-	<b>19.643.935</b>	<b>8.130.971</b>	<b>26.478.778</b>	<b>110.140.743</b>
Letras Financeiras do Tesouro	12.566.383	(6.906)	-	12.559.477	12.559.660	-	-	-	-	12.559.477
Letras do Tesouro Nacional	107.000.360	503.062	-	107.503.422	107.488.895	-	19.643.935	8.130.971	8.998.153	70.730.363
Notas do Tesouro Nacional	44.060.105	(22.631)	2.023	44.039.497	44.233.652	-	-	-	17.480.625	26.558.872
Tesouro Nacional/Securitização	348.758	-	(56.727)	292.031	292.031	-	-	-	-	292.031
<b>Títulos - Empresas</b>	<b>17.619.142</b>	<b>23.162</b>	<b>(2.700.436)</b>	<b>14.941.868</b>	<b>14.932.982</b>	<b>6.045.014</b>	<b>8.609</b>	<b>708.801</b>	<b>124.472</b>	<b>8.054.972</b>
Debêntures	6.716.670	23.597	52.284	6.792.551	6.792.551	-	8.609	-	72.413	6.711.529
Nota promissória	519.288	-	623	519.911	519.911	-	-	519.911	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	88.460	-	58	88.518	88.518	-	-	88.518	-	-
Letras Financeiras	152.342	-	89	152.431	152.431	-	-	100.372	52.059	-
Cotas de Fundos	154.014	-	-	154.014	154.014	154.014	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.395.357	12	(51.926)	1.343.443	1.334.557	-	-	-	-	1.343.443
Ações	8.593.011	(447)	(2.701.564)	5.891.000	5.891.000	5.891.000	-	-	-	-
<b>Total – TVM</b>	<b>181.594.748</b>	<b>496.687</b>	<b>(2.755.140)</b>	<b>179.336.295</b>	<b>179.507.220</b>	<b>6.045.014</b>	<b>19.652.544</b>	<b>8.839.772</b>	<b>26.603.250</b>	<b>118.195.715</b>
Para negociação (3)	112.885.663	496.687	-	113.382.350	113.382.350	194.845	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647
Disponíveis para Venda	17.010.262	-	(2.755.140)	14.255.122	14.255.122	5.850.169	8.609	708.801	124.472	7.563.071
Mantidos até o Vencimento (4)	51.698.823	-	-	51.698.823	51.869.748	-	2.779.940	2.893.142	9.999.744	36.025.997
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>1.106.738</b>	-	-	<b>1.106.738</b>	<b>1.106.738</b>	-	<b>1.056</b>	<b>68.795</b>	<b>39.230</b>	<b>997.657</b>
<b>Total – TVM e Derivativos</b>	<b>182.701.486</b>	<b>496.687</b>	<b>(2.755.140)</b>	<b>180.443.033</b>	<b>180.613.958</b>	<b>6.045.014</b>	<b>19.653.600</b>	<b>8.908.567</b>	<b>26.642.480</b>	<b>119.193.372</b>

(1) Ajuste a valor de mercado no resultado.

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.444.864) em 30/06/2016; 31/12/2015 – (1.790.657) e 30/06/2015 – 114.994; líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

**(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*. Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

**(c.1) Categoria I - Títulos para negociação**

Descrição	30/06/2016						30/06/2015				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos</b>	-	16.863.995	5.237.829	16.479.034	73.767.291	111.874.624	473.525	112.348.149	103.305.892	(1.483.624)	101.822.268
LFT	-	-	-	-	7.116.161	7.123.067	(6.906)	7.116.161	2.764.130	2.683	2.766.813
LTN	-	16.863.995	5.237.829	8.764.641	66.238.381	96.601.784	503.062	97.104.846	92.880.125	(1.442.202)	91.437.923
NTN	-	-	-	7.714.393	412.749	8.149.773	(22.631)	8.127.142	7.661.637	(44.105)	7.617.532
<b>Títulos - Empresas</b>	194.845	-	-	-	839.356	1.011.039	23.162	1.034.201	1.017.736	(22.688)	995.048
Debêntures	-	-	-	-	838.629	815.032	23.597	838.629	949.792	(22.695)	927.097
Cotas de fundos	12.022	-	-	-	-	12.022	-	12.022	66.613	-	66.613
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	727	715	12	727	1.331	7	1.338
Ações	182.823	-	-	-	-	183.270	(447)	182.823	-	-	-
<b>Total</b>	194.845	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647	112.885.663	496.687	113.382.350	104.323.628	(1.506.312)	102.817.316

**(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda**

Descrição	30/06/2016						30/06/2015				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	-	-	415.793	470.497	(54.704)	415.793	15.171	(484)	14.687
NTN	-	-	-	-	123.762	121.739	2.023	123.762	5.095	2.428	7.523
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	292.031	348.758	(56.727)	292.031	10.076	(2.912)	7.164
<b>Títulos - Empresas</b>	5.850.169	8.609	708.801	124.472	7.147.278	16.539.765	(2.700.436)	13.839.329	17.553.310	118.350	17.671.660
Debêntures	-	8.609	-	72.413	5.872.900	5.901.638	52.284	5.953.922	6.865.721	(6.897)	6.858.824
Nota promissória	-	-	519.911	-	-	519.288	623	519.911	296.784	2.678	299.462
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	88.518	-	-	88.460	58	88.518	77.280	47	77.327
Letras Financeiras	-	-	100.372	52.059	-	152.342	89	152.431	221.180	74	221.254
Cotas de Fundos	141.992	-	-	-	-	141.992	-	141.992	134.697	-	134.697
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.274.378	1.326.304	(51.926)	1.274.378	771.938	38.413	810.351
Ações (2)	5.708.177	-	-	-	-	8.409.741	(2.701.564)	5.708.177	9.185.710	84.035	9.269.745
<b>Total</b>	5.850.169	8.609	708.801	124.472	7.563.071	17.010.262	(2.755.140)	14.255.122	17.568.481	117.866	17.686.347

(1) Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.444.864) em 30/06/2016 - (1.790.657) em 31/12/2015; 31/12/2014 - (1.448.268); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 228.233.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento**

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	30/06/2016					30/06/2015		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos Públicos</b>	<b>2.779.940</b>	<b>2.893.142</b>	<b>9.999.744</b>	<b>35.957.659</b>	<b>51.630.485</b>	<b>51.810.296</b>	<b>47.434.829</b>	<b>47.237.222</b>
LFT	-	-	-	5.443.316	5.443.316	5.443.499	-	-
LTN	2.779.940	2.893.142	233.512	4.491.982	10.398.576	10.384.049	14.829.119	14.650.768
NTN	-	-	9.766.232	26.022.361	35.788.593	35.982.748	32.605.710	32.586.454
<b>Títulos - Empresas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>68.338</b>	<b>68.338</b>	<b>59.452</b>	<b>91.761</b>	<b>81.475</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	68.338	68.338	59.452	88.438	78.137
Outros	-	-	-	-	-	-	3.323	3.338
<b>Total</b>	<b>2.779.940</b>	<b>2.893.142</b>	<b>9.999.744</b>	<b>36.025.997</b>	<b>51.698.823</b>	<b>51.869.748</b>	<b>47.526.590</b>	<b>47.318.697</b>

**(d) Resultado com títulos e valores mobiliários**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	9.970.962	4.808.724
Ativos financeiros disponíveis para venda	752.893	747.542
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.774.125	3.621.581
Outros	(2.795)	7.759
<b>Total</b>	<b>14.495.185</b>	<b>9.185.606</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

#### **(f) Hedge Contábil**

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL						
Estruturas	30/06/2016			30/06/2015		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	8.251.681	271.313	11.236.729	5.169.942	1.545.993	7.878.741
Empréstimos 4.131	1.975.679	(76.637)	2.263.343	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	19.824	1.420.366	930.660	(5.145)	1.142.758
<b>Total</b>	<b>11.238.020</b>	<b>214.500</b>	<b>14.920.438</b>	<b>6.100.602</b>	<b>1.540.848</b>	<b>9.021.499</b>

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL					
Vencimento	30/06/2016			30/06/2015	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2015	-	-	-	111.125	-
2016	203.419	503.917	-	213.509	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	1.975.238	95.000
2018	958.578	-	16.500	145.126	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	1.944.625	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	7.200
<b>Total</b>	<b>8.251.682</b>	<b>1.975.678</b>	<b>1.010.660</b>	<b>5.169.942</b>	<b>930.660</b>

g) **Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:**

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
<b>Contratos de Futuros</b>						
Compromissos de Venda	102.438.687	91.889.130	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	102.438.687	91.795.047	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	94.083	-	-	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>						
Posição Ativa	11.238.020	11.378.741	1.458.688	(351.950)	1.106.738	2.062.377
Índices	1.010.660	930.695	68.824	(43.198)	25.626	10.978
Moeda Estrangeira	10.227.360	10.448.046	1.389.864	(308.752)	1.081.112	2.051.399
Posição Passiva	11.238.020	11.378.741	729.281	162.957	892.238	73.985
Índices	1.010.660	930.695	-	5.802	5.802	16.290
Moeda Estrangeira	10.227.360	10.448.046	729.281	157.155	886.436	57.695

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:**

Descrição	30/06/2016							30/06/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
<b>Posição Ativa:</b>								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.458.688	(351.950)	1.106.738	1.056	68.795	39.230	997.657	2.062.377
BM&FBOVESPA	68.824	(43.198)	25.626	-	-	3.000	22.626	10.978
Inst. Financeiras	1.389.864	(308.752)	1.081.112	1.056	68.795	36.230	975.031	2.051.399
<b>Posição Passiva:</b>								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	729.281	162.957	892.238	11.080	14.775	113.296	753.087	73.985
BM&FBOVESPA	-	5.802	5.802	-	-	-	5.802	16.122
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	122
Inst. Financeiras	729.281	157.155	886.436	11.080	14.775	113.296	747.285	57.741

**(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:**

Descrição	30/06/2016					30/06/2015
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Contas de Compensação/ Valor Referencial</b>						
Contratos Futuros	15.311.968	5.246.522	17.269.228	64.610.969	102.438.687	91.889.130
Contratos de Swaps	75.234	632.103	1.449.412	9.081.271	11.238.020	11.378.741

**(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Swap	(3.836.080)	1.391.143
Futuro	(3.926.871)	628.014
<b>Total realizado</b>	<b>(7.762.951)</b>	<b>2.019.157</b>

**(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias**

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Títulos públicos</b>	<b>4.626.424</b>	<b>8.822.351</b>
Notas do Tesouro Nacional	3.018	2.627
Letras do Tesouro Nacional	4.623.406	8.819.724

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	30/06/2016	30/06/2015
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.557.655	3.960.386
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	49.271.143	56.536.023
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	27.166.427	11.774.385
Compulsório adicional	Taxa SELIC	26.290.840	23.497.704
<b>Total</b>		<b>107.286.065</b>	<b>95.768.498</b>

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>96.567</b>	<b>90.116</b>
<b>FCVS a receber</b>	<b>30.157.637</b>	<b>28.870.978</b>
Não habilitados (1)	1.563.583	1.903.472
Habilitados e não homologados (2)	10.158.131	9.572.767
Habilitados e homologados (3)	18.435.923	17.394.739
<b>Provisão FCVS a receber</b>	<b>(2.939.588)</b>	<b>(2.640.988)</b>
<b>Total (líquido de provisão)</b>	<b>27.314.616</b>	<b>26.320.106</b>

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

### (c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	5.344.611	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	1.181.697	1.031.273
<b>Total</b>	<b>6.526.308</b>	<b>5.140.712</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 8 – Carteira de crédito**
**(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco**

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
<b>Operações de crédito</b>	<b>327.898.904</b>	<b>97.287.145</b>	<b>111.663.889</b>	<b>73.142.980</b>	<b>31.901.820</b>	<b>9.073.192</b>	<b>4.649.880</b>	<b>3.781.318</b>	<b>20.243.559</b>	<b>679.642.687</b>	<b>637.354.089</b>
Empréstimos e Títulos descontados	23.436.249	33.318.371	44.282.868	30.141.546	9.366.624	4.112.105	2.691.660	2.181.649	12.092.383	161.623.455	151.424.851
Financiamentos	13.504.765	10.445.566	3.120.484	3.134.372	1.572.340	505.242	349.063	293.025	1.650.878	34.575.735	44.860.724
Financiamentos rurais e agroindustriais	930.873	1.511.482	2.018.175	1.139.737	239.208	27.063	33.177	26.218	228.807	6.154.740	6.410.167
Financiamentos imobiliários	240.746.578	34.648.446	56.792.624	33.042.640	18.756.278	2.188.356	1.393.741	1.042.191	4.641.354	393.252.208	366.642.407
Financiamentos de infraestrutura	48.209.176	10.570.942	5.207.143	5.557.311	1.923.534	2.220.289	170.316	231.200	1.612.393	75.702.304	63.040.013
Cessão de créditos	1.071.263	6.792.338	242.595	127.374	43.836	20.137	11.923	7.035	17.744	8.334.245	4.975.927
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	<b>3.241.647</b>	<b>5.896.468</b>	<b>1.066.828</b>	<b>966.860</b>	<b>278.306</b>	<b>156.633</b>	<b>42.792</b>	<b>26.554</b>	<b>259.351</b>	<b>11.935.439</b>	<b>10.739.058</b>
Cartão de crédito	909.114	4.282.420	454.910	295.969	161.397	37.292	25.621	17.218	126.783	6.310.724	6.344.167
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	2.325.129	902.762	519.867	617.374	45.431	19.552	10.218	7.569	111.399	4.559.301	3.539.850
Créditos adquiridos (2)	-	705.796	87.740	46.518	55.727	93.075	-	-	-	988.856	791.661
Diversos	7.404	5.490	4.311	6.999	15.751	6.714	6.953	1.767	21.169	76.558	63.380
<b>Total</b>	<b>331.140.551</b>	<b>103.183.613</b>	<b>112.730.717</b>	<b>74.109.840</b>	<b>32.180.126</b>	<b>9.229.825</b>	<b>4.692.672</b>	<b>3.807.872</b>	<b>20.502.910</b>	<b>691.578.126</b>	<b>648.093.147</b>
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(53.440)	(544.675)	(1.339.294)	(2.603.448)	(3.718.473)	(2.994.624)	(2.346.339)	(2.665.512)	(20.502.910)	(36.768.715)	(29.413.978)
<b>Total líq. de provisões</b>	<b>331.087.111</b>	<b>102.638.938</b>	<b>111.391.423</b>	<b>71.506.392</b>	<b>28.461.653</b>	<b>6.235.201</b>	<b>2.346.333</b>	<b>1.142.360</b>	<b>-</b>	<b>654.809.411</b>	<b>618.679.169</b>

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
<b>Provisão regulamentar</b>	-	(515.918)	(1.127.307)	(2.223.294)	(3.218.013)	(2.768.950)	(2.346.339)	(2.665.512)	(20.502.910)	(35.368.243)	(29.166.503)
<b>Operações de crédito</b>	-	(486.437)	(1.116.639)	(2.194.288)	(3.190.182)	(2.721.959)	(2.324.942)	(2.646.924)	(20.243.559)	(34.924.930)	(28.812.504)
Empréstimos e títulos descontados	-	(166.592)	(442.829)	(904.246)	(936.662)	(1.233.632)	(1.345.830)	(1.527.154)	(12.092.383)	(18.649.328)	(10.362.785)
Financiamentos	-	(52.228)	(31.205)	(94.031)	(157.234)	(151.573)	(174.532)	(205.118)	(1.650.878)	(2.516.799)	(6.218.976)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(7.557)	(20.182)	(34.192)	(23.921)	(8.119)	(16.589)	(18.353)	(228.807)	(357.720)	(270.832)
Financiamentos imobiliários	-	(173.242)	(567.926)	(991.279)	(1.875.628)	(656.507)	(696.871)	(729.534)	(4.641.354)	(10.332.341)	(10.944.506)
Financiamentos de infraestrutura	-	(52.855)	(52.071)	(166.719)	(192.353)	(666.087)	(85.158)	(161.840)	(1.612.393)	(2.989.476)	(969.223)
Cessão de créditos	-	(33.963)	(2.426)	(3.821)	(4.384)	(6.041)	(5.962)	(4.925)	(17.744)	(79.266)	(46.182)
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	-	(29.481)	(10.668)	(29.006)	(27.831)	(46.991)	(21.397)	(18.588)	(259.351)	(443.313)	(353.999)
Cartão de crédito	-	(21.411)	(4.549)	(8.879)	(16.140)	(11.188)	(12.811)	(12.053)	(126.783)	(213.814)	(204.499)
Adiantamento de Contratos de Câmbio	-	(4.514)	(5.199)	(18.521)	(4.543)	(5.866)	(5.109)	(5.298)	(125.582)	(174.632)	(36.774)
Créditos adquiridos	-	(3.529)	(877)	(1.396)	(5.573)	(27.923)	-	-	-	(39.298)	(77.918)
Diversos	-	(27)	(43)	(210)	(1.575)	(2.014)	(3.477)	(1.237)	(6.986)	(15.569)	(34.808)
<b>Provisão complementar (1)</b>	(53.440)	(28.757)	(211.987)	(380.154)	(500.460)	(225.674)	-	-	-	(1.400.472)	(247.475)
<b>Operações de crédito</b>	(49.170)	(27.428)	(205.747)	(368.632)	(487.168)	(223.346)	-	-	-	(1.361.491)	(244.871)
Empréstimos e títulos descontados	(27.676)	(13.715)	(102.900)	(255.855)	(327.788)	(155.363)	-	-	-	(883.297)	(202.935)
Financiamentos	(11.193)	(3.880)	(22.657)	(57.278)	(102.921)	(67.983)	-	-	-	(265.912)	(38.511)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(1.789)	(1.194)	(7.488)	(17.534)	(23.402)	-	-	-	-	(51.407)	(2.163)
Financiamentos imobiliários	(5.335)	(8.352)	(69.066)	(37.965)	(33.057)	-	-	-	-	(153.775)	(1.262)
Financiamentos de infraestrutura	(3.177)	(287)	(3.636)	-	-	-	-	-	-	(7.100)	-
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	(4.270)	(1.329)	(6.240)	(11.522)	(13.292)	(2.328)	-	-	-	(38.981)	(2.604)
Cartão de crédito	(318)	(106)	(869)	(2.850)	(2.370)	(2.203)	-	-	-	(8.716)	(1.875)
Adiantamento de Contratos de Câmbio	(644)	(122)	(2.201)	(4.292)	(1.274)	(125)	-	-	-	(8.658)	(706)
Diversos	(3.308)	(1.101)	(3.170)	(4.380)	(9.648)	-	-	-	-	(21.607)	(23)
<b>Total Provisão</b>	(53.440)	(544.675)	(1.339.294)	(2.603.448)	(3.718.473)	(2.994.624)	(2.346.339)	(2.665.512)	(20.502.910)	(36.768.715)	(29.413.978)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco**
**(c.1) Operações de crédito em Curso normal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
	<b>330.967.343</b>	<b>102.674.427</b>	<b>100.840.779</b>	<b>61.181.089</b>	<b>20.504.013</b>	<b>5.064.258</b>	<b>1.297.763</b>	<b>766.120</b>	<b>5.788.040</b>	<b>629.083.832</b>	<b>595.070.212</b>
01 a 30 dias	8.227.476	7.656.432	3.760.376	2.719.144	1.092.887	238.596	136.192	88.261	557.668	24.477.032	21.458.766
31 a 60 dias	3.813.347	3.976.566	2.580.641	1.692.743	582.640	127.724	52.873	33.072	211.752	13.071.358	13.573.855
61 a 90 dias	3.588.144	3.342.930	2.764.283	1.819.215	531.802	116.556	46.032	29.161	267.998	12.506.121	12.470.560
91 a 180 dias	14.663.064	9.201.257	7.154.267	4.435.431	1.585.824	430.499	120.252	79.606	533.205	38.203.405	35.821.519
181 a 360 dias	20.938.280	11.183.462	12.242.742	8.154.413	2.098.970	521.988	167.288	102.222	804.271	56.213.636	54.144.380
Acima de 360 dias	279.737.032	67.313.780	72.338.470	42.360.143	14.611.890	3.628.895	775.126	433.798	3.413.146	484.612.280	457.601.132
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>173.208</b>	<b>509.186</b>	<b>266.458</b>	<b>310.744</b>	<b>195.624</b>	<b>47.252</b>	<b>28.575</b>	<b>16.636</b>	<b>96.159</b>	<b>1.643.842</b>	<b>1.592.220</b>
01 a 14 dias	112.975	471.576	218.454	212.515	162.131	36.201	22.882	15.235	86.302	1.338.271	1.592.220
15 a 30 dias	60.233	37.610	48.004	98.229	33.493	11.051	5.693	1.401	9.857	305.571	-
<b>Total</b>	<b>331.140.551</b>	<b>103.183.613</b>	<b>101.107.237</b>	<b>61.491.833</b>	<b>20.699.637</b>	<b>5.111.510</b>	<b>1.326.338</b>	<b>782.756</b>	<b>5.884.199</b>	<b>630.727.674</b>	<b>596.662.432</b>

**(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
<b>Parcelas Vencidas</b>	-	-	<b>761.799</b>	<b>1.468.134</b>	<b>2.185.279</b>	<b>1.799.611</b>	<b>2.047.934</b>	<b>1.859.650</b>	<b>11.673.042</b>	<b>21.795.449</b>	<b>17.550.009</b>
01 a 30 dias	-	-	619.733	283.771	256.721	74.376	63.066	32.687	142.341	1.472.695	1.678.063
31 a 60 dias	-	-	142.066	688.406	306.226	122.345	73.717	44.916	1.776.183	3.153.859	1.550.827
61 a 90 dias	-	-	-	339.474	1.071.249	343.085	167.689	112.731	516.712	2.550.940	3.332.481
91 a 180 dias	-	-	-	156.483	550.988	860.827	1.243.566	1.104.395	1.565.556	5.481.815	5.683.473
181 a 360 dias	-	-	-	-	95	398.978	499.896	564.921	6.472.982	7.936.872	5.029.241
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.199.268	1.199.268	275.924
<b>Parcelas Vincendas</b>	-	-	<b>10.861.681</b>	<b>11.149.873</b>	<b>9.295.210</b>	<b>2.318.704</b>	<b>1.318.400</b>	<b>1.165.466</b>	<b>2.945.669</b>	<b>39.055.003</b>	<b>33.880.706</b>
01 a 30 dias	-	-	192.562	271.440	166.522	63.975	46.033	23.087	80.792	844.411	748.143
31 a 60 dias	-	-	170.601	191.703	135.907	54.610	44.448	21.913	74.424	693.606	636.839
61 a 90 dias	-	-	166.956	187.184	133.996	50.479	43.516	21.478	72.341	675.950	624.748
91 a 180 dias	-	-	473.140	532.178	385.390	145.525	118.037	61.403	208.935	1.924.608	1.773.346
181 a 360 dias	-	-	852.635	952.632	708.955	264.358	123.318	111.637	370.562	3.384.097	3.144.468
Acima de 360 dias	-	-	9.005.787	9.014.736	7.764.440	1.739.757	943.048	925.948	2.138.615	31.532.331	26.953.162
<b>Total</b>	-	-	<b>11.623.480</b>	<b>12.618.007</b>	<b>11.480.489</b>	<b>4.118.315</b>	<b>3.366.334</b>	<b>3.025.116</b>	<b>14.618.711</b>	<b>60.850.452</b>	<b>51.430.715</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>56.587.309</b>	<b>50.283.499</b>
Administração Direta	29.879.522	26.390.211
Administração Indireta – Petroquímico	11.310.632	11.286.643
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	4.259.558	3.939.207
Administração Indireta – Outros	11.137.597	8.667.438
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>634.990.817</b>	<b>597.809.648</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>136.500.420</b>	<b>131.310.839</b>
Comércio varejista	21.995.443	25.434.019
Construção civil	16.599.037	16.147.632
Siderurgia e Metalurgia	9.643.382	9.678.523
Energia elétrica	15.677.240	10.950.261
Serviços financeiros	7.462.523	6.241.552
Outras indústrias	7.383.270	8.447.360
Transporte	10.248.628	9.470.022
Agronegócio e Extrativismo	4.172.352	5.212.164
Comércio atacadista	7.013.417	7.214.753
Saúde	3.997.954	3.823.247
Saneamento e infraestrutura	6.144.954	4.741.023
Petroquímico	1.846.210	2.294.274
Têxtil	2.092.811	2.283.760
Comunicação	1.483.904	1.558.530
Alimentação	2.204.703	1.943.396
Serviços pessoais	318.969	370.061
Outros serviços	18.215.623	15.500.262
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>498.490.397</b>	<b>466.498.809</b>
<b>Total</b>	<b>691.578.126</b>	<b>648.093.147</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Receitas de operação de crédito**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	23.829.952	21.615.568
Financiamentos rurais e agroindustriais	227.955	164.764
Financiamentos imobiliários	18.424.694	15.883.419
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.337.957	3.092.004
Outros créditos	5.948	3.442
<b>Total</b>	<b>45.826.506</b>	<b>40.759.197</b>

**(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

**(f.1) Carteiras cedidas**

No decorrer do 1º semestre de 2016 foi realizado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA cessão onerosa de crédito. Ainda no mesmo período também foi realizada cessão onerosa de carteiras de créditos não performados junto à empresa Ativos S.A.

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Resultado
RCB Planejamento Financeiro Ltda.	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.690
<b>Total</b>	<b>2.014.175</b>	<b>664.338</b>	<b>2.678.512</b>	<b>138.487</b>

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado com cessão de carteiras		
Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Receitas com vendas ou transferência de carteiras</b>	<b>2.394.962</b>	<b>1.755.297</b>
<b>Valor recuperado prejuízo (1)</b>	<b>34.372</b>	<b>241.858</b>
Ativos S.A	-	29.009
EMGEA	-	-
Omni S/A	22.058	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	12.314	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	212.849
<b>Reversão de provisão (1)</b>	<b>2.014.038</b>	<b>1.267.969</b>
Ativos S.A	-	338.066
EMGEA	-	-
Omni S/A	980.140	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	929.903
<b>Receitas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>346.552</b>	<b>245.470</b>
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	346.552	245.470
<b>Despesas com vendas ou transferências de carteiras</b>	<b>(2.259.543)</b>	<b>(1.517.406)</b>
<b>Despesas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>(349.382)</b>	<b>(244.116)</b>
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	(349.382)	(244.116)
<b>Prejuízos de obrigações p/ operações vinculadas à cessão (1)</b>	<b>(1.910.161)</b>	<b>(1.273.290)</b>
Ativos S.A	-	(340.771)
EMGEA	-	-
Omni S/A	(929.508)	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	(980.653)	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	(932.519)
<b>Despesas provisão carteiras cedidas (2)</b>	<b>(28.143)</b>	<b>(35.307)</b>
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	(28.143)	(35.307)
<b>Total</b>	<b>107.276</b>	<b>202.584</b>

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f.2) Carteiras adquiridas**

Resultado com carteiras adquiridas		
Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Modalidade com coobrigação (1)</b>	<b>36.078</b>	<b>41.416</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	36.078	43.793
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	-	(2.377)
<b>Modalidade sem coobrigação (2)</b>	<b>1.806.461</b>	<b>1.211.837</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.806.477	1.211.915
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(16)	(78)
<b>Resultado</b>	<b>1.842.539</b>	<b>1.253.253</b>

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

**(g) Concentração dos principais devedores**

Descrição	30/06/2016	%	30/06/2015	%
Principal devedor	11.310.632	1,64	11.286.643	1,74
10 maiores devedores	48.483.126	7,01	44.947.581	6,94
20 maiores devedores	68.182.526	9,86	60.195.808	9,29
50 maiores devedores	93.585.800	13,53	81.893.182	12,64
100 maiores devedores	108.720.796	15,72	95.450.917	14,73

**(h) Movimentação da carteira de renegociação**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Operações Renegociadas</b>	<b>7.876.937</b>	<b>5.611.756</b>
Operações Comerciais	7.199.115	5.349.089
Operações Habitacionais	677.822	262.667
<b>Operações Recuperadas</b>	<b>1.220.722</b>	<b>1.052.477</b>
Operações Comerciais	885.537	789.581
Operações Habitacionais	335.185	262.896

**(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Saldo inicial</b>	<b>(33.880.851)</b>	<b>(26.806.599)</b>
Constituição de provisão no período	(15.594.983)	(17.354.560)
Reversão de provisão no período	5.527.625	7.771.633
Transferência para prejuízo	7.179.494	6.975.548
<b>Saldo final</b>	<b>(36.768.715)</b>	<b>(29.413.978)</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 9 – Outros créditos

### (a) Composição

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Créditos por Avais e Fianças Honrados	35.029	32.817
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	5.518.696	4.183.607
Rendas a Receber	2.907.439	3.465.180
Dividendos e JCP a receber	17.759	-
Convênios setor privado	86.091	116.193
Convênios setor público	501.582	763.952
Administração de fundos de investimento	73.512	48.482
Administração de fundos e programas sociais	2.210.568	2.523.313
Outras rendas a receber	17.927	13.240
Negociação e Intermediação de valores	37.210	55.104
Créditos Específicos	855.863	781.653
Diversos – Nota 9 (b)	68.198.194	54.704.081
Provisão para Outros Créditos	(485.148)	(360.498)
<b>Total</b>	<b>77.067.283</b>	<b>62.861.944</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Outros créditos – diversos**

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Créditos tributários – (Nota 20)	37.903.284	29.100.221
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	14.496.854	13.017.865
Adiantamentos e antecipações salariais	563.633	508.115
Impostos e contribuições a compensar	1.168.701	733.999
Cartão de crédito (1)	6.500.136	6.458.121
Prêmio em aquisição de carteiras	1.639.642	1.411.733
Seguros a receber	350.762	143.382
Créditos adquiridos	988.856	791.661
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	95.215	177.643
Valores a receber – royalties	601.458	100.457
Valores a receber – FND	489.528	434.708
Valores a receber - correspondentes bancários	101.024	131.324
Valores a receber - resgate de bônus	110.145	101.617
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	6.962	37.798
Valores a receber - créditos administrados	19.493	26.098
Valores a receber - planos de saúde autogestão	96.686	12.847
Valores a receber – Cessão de créditos	32.503	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	187.304	103.577
Valores a apropriar (2)	1.803.917	2.116.421
Outros devedores (3)	2.453.178	707.581
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)
<b>Total</b>	<b>68.198.194</b>	<b>54.704.081</b>

- (1) Inclui R\$ 6.310.724 (30/06/2015 –6.344.167) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.
- (2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.
- (3) Em 30/06/2016, o saldo desta rubrica inclui R\$ 1.745.677, líquido de imparidade de R\$ 131.395, decorrente de reclassificação do grupo de “títulos e valores mobiliários” para “outros créditos” do saldo líquido de debêntures vencidas de emissão de empresa do setor de telecomunicações, que tiveram vencimento antecipado para 28 de junho de 2016 em função de solicitação de recuperação judicial. A Administração da CAIXA não tem evidência de imparidade superior ao já reconhecido em decorrência do processo de renegociação do endividamento da emissora das debêntures.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Ativo - Outros créditos</b>		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	34.589	48.205
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	5.429.919	4.100.532
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	59.047	41.230
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(4.859)	(6.360)
<b>Ativo circulante</b>	<b>5.518.696</b>	<b>4.183.607</b>
<b>Passivo - Outras obrigações</b>		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	848.165	145.693
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	5.122.918	3.617.911
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.500.254)	(3.498.620)
<b>Passivo circulante (Nota 18 (a))</b>	<b>1.470.829</b>	<b>264.984</b>

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
<b>Receitas</b>	<b>431.489</b>	<b>13.405.217</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	343.389	13.354.307
Títulos emitidos no exterior	-	-
Outras	88.100	50.910
<b>Despesas</b>	<b>(1.617.716)</b>	<b>(12.469.357)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(1.617.231)	(12.469.079)
Títulos emitidos no exterior	-	-
Outras	(485)	(278)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>(1.186.227)</b>	<b>935.860</b>

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/06/2016 e 30/06/2015);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>3.864.270</b>	<b>1.924.459</b>
Imóveis patrimoniais não de uso	634.336	269.660
Imóveis adjudicados/arrematados	3.229.934	1.654.799
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>91.367</b>	<b>102.990</b>
<b>Material de consumo</b>	<b>37.624</b>	<b>32.633</b>
<b>Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))</b>	<b>(163.896)</b>	<b>(94.693)</b>
<b>Total</b>	<b>3.829.365</b>	<b>1.965.389</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Saldo inicial</b>	<b>(133.958)</b>	<b>(90.591)</b>
Constituição	(61.405)	(12.493)
Baixas	31.467	8.391
<b>Saldo final</b>	<b>(163.896)</b>	<b>(94.693)</b>

**Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**

(a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Conglomerado Prudencial

A carteira de investimento do Conglomerado Prudencial é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	23,75	21,69
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

O saldo do investimento CAIXA Seguridade refere-se ao saldo de investimento consolidado, desta forma a participação de 100% na CAIXA Holding Securitária é eliminada quando da elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A empresa CAIXA Consórcios está consolidada no Conglomerado Prudencial, desta forma, a participação desta empresa na CAIXA Seguros Holding foi excluída no saldo da empresa CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	30/06/2016	30/06/2015	2016	2015
			1º semestre	1º semestre
CAIXAPAR	2.752.306	2.219.361	(107.321)	(115.549)
CAIXA Seguridade S.A	3.238.620	3.159.395	512.519	433.306
CAIXA Instantanea S.A	8	-	(92)	-
NEWCO - SA	280	-	-	-
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-
BIAPE	109	200	(140)	(450)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	157.142	211.957	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	265.208	235.629	-	-
Outros Investimentos (1)	3.859	3.871	-	-
<b>Total</b>	<b>6.420.499</b>	<b>5.833.380</b>	<b>404.966</b>	<b>317.307</b>

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

## Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 15,39% (30/06/2015 – 15,34%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Composição do imobilizado de uso						
Descrição	30/06/2016			30/06/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	<b>1.843.002</b>	<b>(782.879)</b>	<b>1.060.123</b>	<b>1.408.415</b>	<b>(419.571)</b>	<b>988.844</b>
Edificações	1.781.998	(782.879)	999.119	1.346.783	(419.571)	927.212
Terrenos	61.004	-	61.004	61.632	-	61.632
<b>Reavaliações de imóveis de uso</b>	<b>710.140</b>	<b>(201.135)</b>	<b>509.005</b>	<b>728.363</b>	<b>(189.053)</b>	<b>539.310</b>
Edificações	519.239	(201.135)	318.104	534.323	(189.053)	345.270
Terrenos	190.901	-	190.901	194.040	-	194.040
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>7.466.811</b>	<b>(5.338.303)</b>	<b>2.128.508</b>	<b>7.029.858</b>	<b>(4.709.259)</b>	<b>2.320.599</b>
Imobilizações em curso	23.840	-	23.840	31.159	-	31.159
Inst., móveis e equip. de uso	1.654.636	(892.718)	761.918	1.527.630	(804.019)	723.611
Sistema de comunicação	91.466	(78.508)	12.958	91.437	(75.656)	15.781
Sistema de proc.de dados	5.261.471	(4.044.477)	1.216.994	4.991.790	(3.550.957)	1.440.833
Sistema de transporte e segurança	435.398	(322.600)	112.798	387.842	(278.627)	109.215
<b>Total</b>	<b>10.019.953</b>	<b>(6.322.317)</b>	<b>3.697.636</b>	<b>9.166.636</b>	<b>(5.317.883)</b>	<b>3.848.753</b>

## Nota 13 – Intangível

Descrição	30/06/2016				30/06/2015			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.024.435	(1.186.152)	(1.441)	1.836.842	2.856.531	(986.695)	(6.327)	1.863.509
Outros ativos intangíveis	367.292	(65.450)	-	301.842	366.655	(49.856)	-	316.799
Projetos logiciais - Software	1.471.949	(402.600)	-	1.069.349	1.211.891	(302.298)	-	909.593
<b>Total</b>	<b>4.863.676</b>	<b>(1.654.202)</b>	<b>(1.441)</b>	<b>3.208.033</b>	<b>4.435.077</b>	<b>(1.338.849)</b>	<b>(6.327)</b>	<b>3.089.901</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 14 – Depósitos

### (a) Composição

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos à vista – sem remuneração	26.577.356	27.879.391
Pessoas físicas	12.058.886	12.037.318
Pessoas jurídicas	10.635.708	12.128.475
Vinculados	2.190.669	2.038.283
Governo	931.256	971.399
Moedas estrangeiras	73.798	98.298
Instituições do sistema financeiro	19.838	60.888
Entidades públicas	445.904	468.868
Contas Encerradas	21.545	-
Outros	199.752	75.862
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	238.702.276	232.117.335
Pessoas físicas	235.393.816	229.912.439
Pessoas jurídicas	2.390.235	2.202.492
Vinculados	2.241	2.404
Contas Encerradas	915.984	-
Depósitos interfinanceiros	834.221	2.423.723
Depósitos a prazo	186.203.472	154.940.229
<b>Remuneração prefixada:</b>	89.232.115	74.567.351
Depósitos a prazo em moeda nacional	89.232.115	74.567.351
<b>Remuneração pós-fixada:</b>	96.971.357	80.372.878
Depósitos a prazo em moeda nacional	30.381.807	23.038.633
Depósitos judiciais com remuneração	66.589.550	57.334.245
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	9.125.621
Sem remuneração	255.538	279.354
Remuneração prefixada	590.071	525.978
Remuneração pós-fixada	10.033.333	8.320.289
Outros	59	-
<b>Total</b>	<b>463.196.326</b>	<b>426.486.299</b>

### (b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos à Vista	26.577.356	-	-	-	26.577.356	27.879.391
Depósitos de Poupança	238.702.276	-	-	-	238.702.276	232.117.335
Depósitos Interfinanceiros	-	314.572	169.365	350.284	834.221	2.423.723
Depósitos a prazo	66.600.986	4.175.812	15.383.578	100.043.096	186.203.472	154.940.229
CDB	11.436	4.175.812	15.383.578	100.043.096	119.613.922	97.590.969
Depósitos Judiciais	66.589.550	-	-	-	66.589.550	57.334.245
Outros	-	-	-	-	-	15.015
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	-	-	-	10.878.942	9.125.621
Outros	59	-	-	-	59	-
<b>Total</b>	<b>342.759.619</b>	<b>4.490.384</b>	<b>15.552.943</b>	<b>100.393.380</b>	<b>463.196.326</b>	<b>426.486.299</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Despesas de captações com depósitos**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Depósitos de Poupança	(9.042.566)	(8.171.658)
Depósitos Interfinanceiros	(82.264)	(132.368)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(7.449.526)	(5.387.674)
Depósitos judiciais	(2.118.481)	(1.640.293)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(895.809)	(646.988)
Outras captações	(369.062)	(339.282)
<b>Total</b>	<b>(19.957.708)</b>	<b>(16.318.263)</b>

**(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas**

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.780.630	3.431.982
Depósitos - Especiais com remuneração	2.149.877	1.931.795
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.412.588	1.494.339
Depósitos – FISANE	10.103	9.336
Depósitos – PRODEC	58.319	53.883
Programa de Integração Social – PIS	22.031	106.441
Fundo Garantia Safrá – FGS	220.020	54.162
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	60.026	51.827
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	476.565	389.289
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.515	8.170
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	6.544	7.311
Depósitos – PREVHAB	745.625	658.159
Saúde CAIXA	255.538	279.354
Outros	672.561	649.573
<b>Total</b>	<b>10.878.942</b>	<b>9.125.621</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	Taxa de Remuneração	2016	2015
		1º semestre	1º semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(468.283)	(366.461)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(57.322)	(51.310)
Depósitos - FISANE	TR	(381)	(326)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(2.231)	(1.836)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(85.873)	(41.008)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(5.869)	(1.405)
Depósitos - FAR	Selic	(31.391)	(1.797)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(30.838)	(23.393)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(25.172)	(19.322)
Depósitos - FAS	TR	(71)	(45)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(47.091)	(37.004)
Depósitos - Caução	TR	(7.576)	(5.076)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(30.308)	(23.267)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(22.890)	(28.183)
Outros		(80.513)	(46.555)
<b>Total</b>		<b>(895.809)</b>	<b>(646.988)</b>

**(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT**

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/06/2016			30/06/2015		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					135.390	1.202.447	1.337.837	118.453	1.301.309	1.419.762
Proger urbano					72.888	950.101	1.022.989	54.324	961.377	1.015.701
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	72.888	950.101	1.022.989	54.324	961.377	1.015.701
FAT infraestrutura				-	62.194	247.988	310.182	63.743	336.665	400.408
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	62.194	247.988	310.182	63.743	336.665	400.408
FAT – PNMPO				-	308	4.358	4.666	386	3.267	3.653
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	308	4.358	4.666	386	3.267	3.653
Linhas de crédito especiais					460	74.291	74.751	370	74.207	74.577
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	460	74.291	74.751	370	74.207	74.577
<b>Total</b>					<b>135.850</b>	<b>1.276.738</b>	<b>1.412.588</b>	<b>118.823</b>	<b>1.375.516</b>	<b>1.494.339</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 15 – Captações no mercado aberto

### (a) Composição

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Carteira Própria (1)</b>	<b>76.562.690</b>	<b>104.224.595</b>
Letras Financeiras do Tesouro	10.012.195	40.227
Letras do Tesouro Nacional	28.003.071	73.206.834
Notas do Tesouro Nacional	31.859.347	23.206.649
Debêntures	6.233.244	7.368.736
Certificados de Recebíveis Imobiliários	454.833	402.149
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>108.773.801</b>	<b>72.058.870</b>
Letras do Tesouro Nacional	2.671.529	6.259.077
Notas do Tesouro Nacional	106.102.272	65.799.793
<b>Livre movimentação</b>	<b>3.813.055</b>	<b>-</b>
Letras do tesouro nacional	3.813.055	-
<b>Total</b>	<b>189.149.546</b>	<b>176.283.465</b>

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

### (b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Carteira própria	(5.518.951)	(4.709.807)
Carteira de terceiros	(9.711.615)	(5.584.688)
Carteira de livre movimentação	(115.388)	(19.740)
<b>Total</b>	<b>(15.345.954)</b>	<b>(10.314.235)</b>

## Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

### (a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2016	30/06/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	690.835	690.835	615.874
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	14.989	14.989	13.680
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	-	-	165
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	10.541	-	10.541	9.401
Letra Imobiliária	CDI	16.824.129	18.950.217	25.853.448	47.355.053	108.982.847	105.109.961
Letra Financeira	CDI	15.765.918	5.221.308	3.931.526	14.650.826	39.569.578	40.952.453
Letra Financeira	IPCA	-	-	127.547	1.011.694	1.139.241	902.242
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	71.275	196.032	270.146	133.109	670.562	2.025.161
<b>Total</b>		<b>32.661.322</b>	<b>24.367.557</b>	<b>30.193.208</b>	<b>63.856.506</b>	<b>151.078.593</b>	<b>149.628.937</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Despesas com recursos de letras**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Letras Imobiliárias	(6.449.368)	(5.087.176)
Letras Hipotecárias	(76.113)	(59.714)
Letras Financeiras	(2.767.761)	(2.498.136)
Letras de Crédito do Agronegócio	(56.153)	(103.851)
<b>Total</b>	<b>(9.349.395)</b>	<b>(7.748.877)</b>

**(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas abaixo e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

Notas Sêniores	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2016 (1)	30/06/2015 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.191.415	3.118.305
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.489.682	1.560.570
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.079.078	3.917.126
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.143.977	4.058.803
<b>Total</b>						<b>12.904.152</b>	<b>12.654.804</b>

(1) Valores em milhares de R\$.

**Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses**

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Repasses no país</b>	<b>224.247.278</b>	<b>190.733.182</b>
FGTS	189.359.062	156.491.749
BNDES	31.586.149	31.367.136
Tesouro Nacional – PIS	866.644	710.376
Fundo Marinha Mercante	2.178.131	2.088.838
Outras instituições	257.292	75.083
<b>Repasses no exterior</b>	<b>53.420</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>5.797.235</b>	<b>9.697.669</b>
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.616.509	3.505.252
Demais linhas de crédito	2.180.726	6.192.417
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>230.097.933</b>	<b>200.430.851</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Repasses no país**

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,11 % ao ano (habitação 4,99 %, infraestrutura 5,89 % e saneamento 6,21 %) e prazo remanescente de retorno com média de 20 anos (habitação 21 anos, infraestrutura 20 anos e saneamento 14 anos).

**(b) Repasses no exterior**

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% ao ano, acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

**(c) Empréstimos no exterior**

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,5273% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2018. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 2,6310% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

**(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses**

Descrição	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
<b>Repasses no país</b>	<b>(8.240.139)</b>	<b>(6.875.103)</b>
FGTS	(7.121.995)	(5.554.626)
BNDES	(1.107.733)	(880.942)
Tesouro Nacional – PIS	(24.453)	(25.356)
Fundo Marinha Mercante	57.780	(380.895)
Outras instituições	(43.738)	(33.284)
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>-</b>	<b>(858.626)</b>
<b>Total</b>	<b>(8.240.139)</b>	<b>(7.733.729)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 18 – Outras obrigações****(a) Composição**

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	1.480.557
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	1.470.829	264.984
Sociais e estatutárias	1.551.979	1.248.490
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.555.954	2.015.352
Negociação e intermediação de valores	10.443	117.016
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	11.322.694	9.554.544
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	923.041	988.282
Dívida subordinada	11.138.061	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	12.854.959	20.555.334
Diversas (Nota 18 (e))	59.766.587	52.002.950
<b>Total</b>	<b>101.675.297</b>	<b>88.227.509</b>

**(b) Fiscais e previdenciárias**

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Tributos sobre salários a recolher	440.335	407.849
Tributos sobre serviços a recolher	318.949	283.011
Tributos sobre lucros a recolher	291.590	402.326
Imposto de renda	-	6
Contribuição social	-	-
COFINS	224.442	330.438
PASEP	36.042	35.387
Outros	31.106	36.495
Tributos diferidos	358.235	766.722
Reavaliação – edificações	121.815	136.665
Ajustes ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	236.420	86.009
Contratos futuros	-	521.445
Tarifas a receber da União	-	22.603
Outros	-	-
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	146.845	155.444
<b>Total</b>	<b>1.555.954</b>	<b>2.015.352</b>

**(c) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Fundos e programas sociais	8.297.918	7.638.044
FGTS	3.419.139	3.641.168
Minha Casa Minha Vida	4.265.322	3.456.762
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	298.207	291.534
Programas de transferência de renda	199.022	140.929
Outros fundos e programas	116.228	107.651
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.372.149	1.025.140
PIS	1.373.541	842.089
FAT	997.151	181.624
FINSOCIAL	1.457	1.427
Operações com loterias	652.627	891.360
<b>Total</b>	<b>11.322.694</b>	<b>9.554.544</b>

**(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital****(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

**Instrumento de Dívida Subordinada – IDS**

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

**Letras Financeiras Subordinadas – LFS**

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

**Nota Subordinada – NS**

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 30/06/2016	Saldo devedor 30/06/2015
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.608.717	(2.840.712)	-	3.207.722	4.003.980
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.152.351	-	-	4.152.351	3.842.073
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	795.359	-	-	3.795.359	3.542.304
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	360.218	-	-	3.360.218	3.134.178
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	413.720	-	-	4.413.720	4.130.529
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	157.950	-	-	3.157.950	-
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
jun/20	110% CDI	jun/14	10.000	3.176	-	-	13.176	11.398
jul/19	110% CDI	jul/14	17.400	5.321	-	-	22.721	19.655
dez/21	110% CDI	dez/14	1.500	363	-	-	1.863	1.612
jun/24	100% IPCA	jun/14	200.000	73.667	-	(10.995)	262.672	234.111
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	293	-	(13)	1.480	1.281
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	288	-	(29)	1.459	1.277
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	594	-	(107)	2.887	2.571
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	284	-	(62)	1.422	1.275
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	576.926	-	(85.356)	1.598.020	1.629.090
<b>Total</b>			<b>20.781.067</b>	<b>6.149.227</b>	<b>(2.840.712)</b>	<b>(96.562)</b>	<b>23.993.020</b>	<b>20.555.334</b>

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), menu “Sobre a Caixa”.

**(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida**

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24/05/2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13/10/2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 20/09/2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias nºs 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014 o BACEN considerou os contratos nºs 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R\$ 923.041 em 30/06/2016 (30/06/2015 – R\$ 988.282).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Diversas**

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	20.062.102	16.397.054
Saúde Caixa	14.696.873	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação	1.236.705	1.055.997
Planos de benefícios - Previdência privada	4.128.524	3.243.208
Provisões para pagamentos a efetuar	5.020.796	4.598.833
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.774.053	13.862.411
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	4.310.059	3.314.839
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	3.045.299	2.638.349
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	5.553	5.796
Financiamentos imobiliários a liberar	3.402.778	4.657.126
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	862	1.263
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	8.380.352	5.000.297
Obrigações por convênios	639.573	618.988
Obrigações por contribuições ao SFH	28.680	70.228
Recursos do FGTS para amortizações	876.293	587.388
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.205.508	236.471
Credores diversos exterior	1.860	13.907
Participação de entidades não integrantes do conglomerado prudencial	12.819	-
<b>Total</b>	<b>59.766.587</b>	<b>52.002.950</b>

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008

**(f) Credores diversos – País**

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Cartões de crédito	6.283.228	6.658.538
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	45.529	34.168
Fornecedores	878.558	894.817
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	472.595	505.490
Crédito comercial – repasses	110.212	125.165
Crédito imobiliário – repasses	666.708	688.240
Obrigações com a União – repasses	48.031	43.518
Outros credores – poupança simplificada	500.118	500.178
Contas a pagar (2)	121.473	206.678
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	61.156	57.068
Valores a restituir – penhor	90.927	96.279
Valores a apropriar	2.905.190	3.731.644
Outros credores diversos	590.328	320.628
<b>Total</b>	<b>12.774.053</b>	<b>13.862.411</b>

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 19 – Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

**(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	30/06/2016	30/06/2015
Contrato 348	7.593.569	7.411.895
Contrato 504	7.749.478	7.564.073
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
<b>Total</b>	<b>36.453.645</b>	<b>36.086.566</b>

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

**(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)**

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,78% (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Reservas de reavaliação e de lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Reservas de reavaliação	389.873	400.031
Reservas de lucros	9.535.917	6.221.877
Reserva legal	2.717.002	2.465.156
Reserva estatutária – loterias	3.004.699	2.411.955
Reservas margem operacional	3.814.216	1.344.766

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.173.751 (30/06/2015 – R\$ 816.147) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 528.188 no 1º semestre de 2016 (R\$ 326.459 no 1º semestre de 2015).

Em atendimento à Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado da CAIXA e considerando a aprovação pelos Conselhos Diretor e de Administração, com opinamento favorável do Conselho Fiscal, a CAIXA realizou no 1º semestre de 2016 o pagamento de dividendos remanescentes da competência 2015 no valor de R\$ 55.296.

O valor foi atualizado pela SELIC de 31/12/2015 até 31/03/2016 - data do efetivo pagamento - em conformidade com o Decreto nº. 2.673/98, correspondendo à transferência em espécie do montante de R\$ 57.097.

Assim, o pagamento realizado complementa as antecipações de dividendos e JCP realizadas ao longo do exercício de 2015, no montante de R\$ 2.414.154, para atingimento de 50% do Lucro Líquido Ajustado do período, sendo R\$ 2.469.450 o volume total passível de distribuição para a competência de 2015.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)****(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Tributos Correntes	(61.175)	(668.682)
Tributos Diferidos	2.301.008	3.427.839
Passivo Fiscal Diferido	1.261.955	94.680
Ativo Fiscal Diferido	1.039.053	3.333.159
Diferenças Temporárias - constituição / realização	1.069.383	3.627.445
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	(16.876)	(285.798)
CSLL - MP 2.158-35/01	(13.454)	(8.488)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>2.239.833</b>	<b>2.759.157</b>

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

**(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL**

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>596.861</b>	<b>1.159.295</b>
Encargo IRPJ e CSLL	(268.575)	(463.706)
Efeitos tributários adições e exclusões	(554.291)	(1.091.931)
Juros sobre o capital próprio	528.188	326.459
Participação em coligadas e controladas	-	9.765
Outros	233.503	550.731
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(61.175)</b>	<b>(668.682)</b>

**(c) Passivo fiscal diferido**

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL		
Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	213.304	94.680
Outros	121.815	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>335.119</b>	<b>94.680</b>

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS		
Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	23.116	-
Outros	-	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>23.116</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL					
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
<b>Diferenças temporárias:</b>	<b>30.140.252</b>	<b>16.499.752</b>	<b>(15.430.482)</b>	<b>31.209.522</b>	<b>24.643.431</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.895.155	7.581.114	(6.387.644)	20.088.625	15.425.545
Passivos atuariais	3.816.803	1.035.835	(686.365)	4.166.273	3.218.232
Provisões trabalhistas	1.737.227	2.074.230	(1.940.215)	1.871.242	1.325.909
Provisões cíveis	1.379.550	1.579.746	(1.588.135)	1.371.161	1.154.950
Provisões fiscais	57.077	56.987	(67.410)	46.654	46.895
Ajuste a valor de mercado de títulos para negociação	1.634.479	300.122	(1.622.037)	312.564	750.266
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.106	64.761	(51.288)	47.579	14.611
Outros (1)	2.585.855	3.806.957	(3.087.388)	3.305.424	2.707.023
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:</b>	<b>1.614.526</b>	<b>-</b>	<b>(30.330)</b>	<b>1.584.196</b>	<b>1.385.746</b>
Prejuízo fiscal a realizar	1.514.904	-	(16.876)	1.498.028	1.373.710
CSLL - MP 2.158-35/01 (1)	99.622	-	(13.454)	86.168	12.036
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>31.754.778</b>	<b>16.499.752</b>	<b>(15.460.812)</b>	<b>32.793.718</b>	<b>26.029.177</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.465.081	-	(282.919)	1.182.162	-
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	1.370.963	-	3.723.843	2.936.521
<b>Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido</b>	<b>3.817.961</b>	<b>1.370.963</b>	<b>(282.919)</b>	<b>4.906.005</b>	<b>2.936.521</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>35.572.739</b>	<b>17.870.715</b>	<b>(15.743.731)</b>	<b>37.699.723</b>	<b>28.965.698</b>
<b>Total dos créditos não constituídos</b>	<b>1.011.134</b>	<b>135.119</b>	<b>-</b>	<b>1.146.253</b>	<b>939.779</b>

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS					
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
<b>Total dos Créditos com Impacto no Resultado</b>	<b>175.011</b>	<b>42.921</b>	<b>(142.485)</b>	<b>75.447</b>	<b>134.524</b>
Ajuste a Mercado	175.011	-	(142.485)	32.526	88.569
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	42.921	-	42.921	45.955
<b>Total dos Créditos c/ Impacto no Patrim. Líquido</b>	<b>158.774</b>	<b>-</b>	<b>(30.660)</b>	<b>128.114</b>	<b>-</b>
Ajuste a Vr de Mercado Títulos Disp. para Venda	158.774	-	(30.660)	128.114	-
<b>Total</b>	<b>333.785</b>	<b>42.921</b>	<b>(173.145)</b>	<b>203.561</b>	<b>134.524</b>

## (e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 30/06/2016, estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2016	1.584.196	6.399.191	7.983.387
2017		9.701.526	9.701.526
2018		8.626.787	8.626.787
2019		1.259.717	1.259.717
2020		2.243.770	2.243.770
2021		686.851	686.851
2022 a 2025		7.401.246	7.401.246
<b>Total</b>	<b>1.584.196</b>	<b>36.319.088</b>	<b>37.903.284</b>
Valor Presente	1.567.099	29.429.002	30.996.101

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	45.826.506	40.759.197
Operações compromissadas	13.073.246	7.785.498
Ativos financeiros mantidos para negociação	9.970.962	4.808.724
Ativos financeiros disponíveis para venda	752.893	747.542
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.774.125	3.621.581
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(7.762.951)	2.019.157
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.344.611	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	1.181.697	1.031.273
Resultado de operações de câmbio	-	935.860
Outras	753.843	429.442
<b>Total</b>	<b>72.914.932</b>	<b>66.247.713</b>

## Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
Operações com clientes	(28.329.029)	(23.287.784)
Operações com instituições financeiras	(82.264)	(132.368)
Operações compromissadas	(15.345.955)	(10.314.235)
TVM no exterior	-	(2.469.857)
Empréstimos, cessões e repasses	(8.240.139)	(7.733.729)
Resultado de operações de câmbio	(1.186.227)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(895.809)	(646.988)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.067.358)	(9.582.927)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.263.810)	(1.517.406)
<b>Total</b>	<b>(66.410.591)</b>	<b>(55.685.294)</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

## a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	3.423.217	3.193.974
Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)	2.385.025	2.143.666
Fundo de compensação de variações salariais (FCVS)	71.979	63.949
Programa de integração social (PIS)	65.467	22.410
Loterias federais	573.567	594.386
Financiamento estudantil - (FIES)	242.484	208.792
Fundo de arrendamento residencial (FAR)	31.225	33.599
Repasse secretaria do tesouro nacional (STN)	27.747	96.082
Seguro-desemprego	23.822	29.662
Outros	1.901	1.428
Rendas de cartões	788.820	762.740
Operações de crédito e garantias prestadas	944.276	980.594
Cobrança	417.548	334.615
Arrecadações	1.327.543	1.184.867
Fundos de investimentos e carteiras administradas	770.587	704.669
Conta corrente	210.695	128.419
Programa de transferência de renda	204.663	170.045
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	19.249	-
Prestados a ligadas	204.570	304.506
Outros serviços	268.804	253.875
<b>Total</b>	<b>8.579.972</b>	<b>8.018.304</b>

## b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Rendas de cartões	307.429	306.404
Operações de crédito e cadastro	557.999	503.772
Pacote de serviços	1.030.365	852.042
Contas de depósito	283.661	209.564
Transferência de recursos	117.245	97.602
Outras	74.063	10.671
<b>Total</b>	<b>2.370.762</b>	<b>1.980.055</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Proventos	(6.504.260)	(6.105.117)
Salários e proventos	(5.881.844)	(5.600.021)
Indenizações trabalhistas	(622.416)	(505.096)
Benefícios	(1.105.758)	(1.195.094)
Encargos sociais:	(2.378.862)	(2.247.463)
FGTS	(448.378)	(419.256)
Previdência social	(1.348.760)	(1.297.256)
Previdência complementar	(454.150)	(404.865)
Outros encargos	(127.574)	(126.086)
Outros	(74.065)	(80.437)
<b>Total</b>	<b>(10.062.945)</b>	<b>(9.628.111)</b>

## Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Comunicações	(295.096)	(314.848)
Manutenção e conservação de bens	(441.165)	(439.764)
Água e energia	(270.804)	(223.487)
Aluguéis e arrendamento de bens	(759.144)	(732.941)
Despesas de material	(68.219)	(104.106)
Processamento de dados	(802.174)	(698.676)
Promoções e relações públicas	(177.058)	(182.391)
Propaganda e publicidade	(165.070)	(142.706)
Serviços do sistema financeiro	(272.591)	(248.883)
Serviços de terceiros	(871.062)	(832.239)
Serviços especializados	(262.471)	(331.727)
Serviços de vigilância e segurança	(406.039)	(390.529)
Amortização	(417.032)	(333.936)
Depreciação	(466.472)	(469.118)
Outras administrativas	(194.350)	(191.030)
<b>Total</b>	<b>(5.868.747)</b>	<b>(5.636.381)</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações (1) (2)	7.754	192.865
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	1.653.782	1.868.092
Recuperação de despesas	756.755	670.812
Reversão de outras provisões operacionais	512.923	934.671
Atualização de depósitos em garantia	477.958	407.298
Rendas de créditos específicos	50.183	39.732
Receita de desagio na aquisição de royalties	33.027	3.045
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (3)	58	109.137
Atualização Monetária sobre Operações Diversas (2)	123.317	352.477
Variações cambiais de natureza inversa - Operações Passivas (4)	4.630.533	-
Outras receitas operacionais	261.258	358.320
Particip. de entidades não integrantes do congl. prudencial	100	-
<b>Total</b>	<b>8.507.648</b>	<b>4.936.449</b>

(1) Em 2015, reclassificação e de R\$ 543.534 no 1º semestre para a Nota de Despesas de intermediação financeira, item “Empréstimos, cessões e repasses” (Nota 3 (t));

(2) Em 2015, reclassificação de R\$ 228.929 no 1º semestre do item “Comissões e taxas s/ operações” para o item “Atualização monetária sobre operações diversas”;

(3) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

(4) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2016	2015 (Nota 3 (t))
	1º semestre	1º semestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(265.839)	(107.493)
Obrigações com fundos e programas	(556.066)	(547.455)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(436.734)	(122.711)
Despesas com cartão	(492.024)	(669.165)
Despesas com loterias	(110.669)	(112.898)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.039.278)	(1.147.926)
FGTS - arrecadação/pagamento	(239.441)	(253.049)
Serviços automatizados	(207.088)	(160.302)
Alavancagem de negócios	(340.559)	(247.307)
Operações de financiamentos Imobiliários	(238.519)	(329.211)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(211.503)	(182.533)
Descontos de operações de crédito	(122.858)	(460.083)
Desp. c/ operações de fomento - atualização monetária	(5.602)	(225.158)
Desp c/ provisões operacionais	(423.304)	(537.785)
Provisão para causas judiciais	(779.405)	(837.072)
Condenações judiciais	(59.845)	(31.528)
Benefícios sociais	(102.895)	(66.984)
Benefício pós-emprego	(1.091.021)	(738.636)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(488.035)	(1.595)
Variações cambiais de natureza inversa – operações ativas (1)	(228.389)	-
Outras	(450.838)	(644.392)
<b>Total</b>	<b>(7.889.912)</b>	<b>(7.423.283)</b>

(1) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza devedora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de receita. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>290.421</b>	<b>122.946</b>
Lucro na alienação de valores e bens	45.111	36.359
Alienação de bens imóveis	28.679	13.590
Sobras de caixa não reclamadas	27.412	26.042
Multas e penalidades	16.117	11.052
Ganhos de Capital c/ ajuste de valores pendentes	961	22.997
Recuperação de perdas com fraudes	6.820	7.612
Reversão de impairment sobre investimentos permanentes (1)	159.725	10
Outras rendas não operacionais	5.596	5.284
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(404.569)</b>	<b>(375.650)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(52.091)	(13.364)
Indenizações por perdas e danos	(143.962)	(111.165)
Perdas em imóveis	(29.835)	(29.825)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(59.431)	(108.059)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(8.888)	(15.414)
Perdas em cartões de crédito	(4.398)	(51.767)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo (1)	(78.655)	(29.989)
Outras despesas não operacionais	(27.309)	(16.067)
<b>Total</b>	<b>(114.148)</b>	<b>(252.704)</b>

(1) Constituição e reversão de impairment de investimentos avaliados pelo custo

## Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(1.229.993)	(1.136.356)
PIS/PASEP	(204.447)	(185.009)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(312.205)	(315.815)
Despesas com IPTU	(65.181)	(56.587)
Outras	(23.250)	(20.993)
<b>Total</b>	<b>(1.835.076)</b>	<b>(1.714.760)</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias****Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

**Provisões e passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

**(a) Risco Provável:**

Descrição	31/12/2015	1º semestre de 2016					30/06/2016	30/06/2015
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	6.379	3.944	1.524	(12.645)	(19.708)	146.845	155.444
INSS	11.843	-	154	-	-	-	11.997	11.684
IPTU	30.153	425	823	62	-	(8.172)	23.291	27.901
ISS	97.665	5.372	1.986	349	(11.933)	(5.619)	87.820	89.461
Outros	27.690	582	981	1.113	(712)	(5.917)	23.737	26.398
Cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	450.324	53.606	203.631	(194.766)	(498.013)	3.045.299	2.638.349
Feitos diversos	762.321	224.474	15.406	12.940	(13.851)	(270.874)	730.416	744.568
Poupança - Planos econômicos	1.276.722	14.174	2.747	174.978	(108.986)	(130.543)	1.229.092	1.001.416
Habitacional	105.272	127.757	2.768	15.713	-	(42.842)	208.668	105.423
Contingenciamento do FGTS	886.202	83.919	32.685	-	(71.929)	(53.754)	877.123	786.942
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.598	311.076	93.808	1.044.586	(336.853)	(663.156)	4.310.059	3.314.839
Outras (Nota 18 (e))	5.298	264	288	820	(409)	(708)	5.553	5.796
<b>Total</b>	<b>7.063.764</b>	<b>768.043</b>	<b>151.646</b>	<b>1.250.561</b>	<b>(544.673)</b>	<b>(1.181.585)</b>	<b>7.507.756</b>	<b>6.114.428</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade insita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30/06/2016, correspondem ao total de R\$ 1.518.335 (30/06/2015 – R\$ 1.480.811), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 11.997 (30/06/2015 – R\$ 11.684).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2016, corresponde ao montante de R\$ 634.380 (30/06/2015 – R\$ 506.808).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2016, o valor da provisão constituída é de R\$ 87.820 (30/06/2015 – R\$ 89.461).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos decorrentes de lançamentos de ofício por insuficiência de recolhimentos correspondentes a compensações não homologadas que, em 30/06/2016, totalizam R\$ 8.120 (30/06/2015 – R\$ 7.632), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

**(ii) Ações trabalhistas**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2016, constavam 58.662 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55.416 “não relevantes” e 3.246 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2016, constavam 338.199 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 336.929 “não relevantes” e 1.270 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/06/2016, foi provisionado R\$ 1.229.092 para estes processos (30/06/2015 – R\$ 1.001.416).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2016, para estes processos foi de R\$ 877.123 (30/06/2015 – R\$ 786.942).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2016, a CAIXA realizou 29.731 acordos processuais (74% referentes a ações indenizatórias e 26% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas; do contrário, poderia inviabilizar a realização de acordos.

### (b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Demandas Fiscais	5.776.733	5.512.011
Demandas Cíveis	1.989.820	1.402.959
<b>Total</b>	<b>7.766.553</b>	<b>6.914.970</b>

### (i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.776.733, em 30/06/2016 (30/06/2015 – R\$ 5.512.011), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- O montante de R\$ 86.266, em 30/06/2016 (30/06/2015 - R\$ 79.314), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.695.766, em 30/06/2016 (30/06/2015 – R\$ 4.545.538), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 211.018, em 30/06/2016 (30/06/2015 – R\$ 202.767), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 160.791, em 30/06/2016 (30/06/2015 – R\$ 150.988), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 240.248, em 30/06/2016 (30/06/2015 – R\$ 224.441), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

**(ii) Ações cíveis**

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 1.989.820 (30/06/2015 – R\$ 1.402.959) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

**(c) Composição dos depósitos judiciais:**

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Demandas Fiscais	10.391.292	9.598.952
Demandas Cíveis	923.096	743.131
Demandas Trabalhistas	3.182.466	2.675.782
<b>Total</b>	<b>14.496.854</b>	<b>13.017.865</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 31 – Partes relacionadas****(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**(b) Partes Relacionadas**

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade (1)	
CAIXA Instantânea (1)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	Coligada Indireta
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

- (1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.
- (2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em junho/2016, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TecBan era de R\$ 1.292.776. A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31 de março de 2016, totalizavam aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	30/06/2016				30/06/2015			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas (2)	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>ATIVO:</b>	<b>2.997.005</b>	<b>25.755</b>	<b>28.016.151</b>	-	<b>4.524.925</b>	<b>3.674</b>	<b>18.575.888</b>	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	11.105.714	-	-	-	5.663.446	-
Rendas a receber (2)	2.081.141	17.761	18.940	-	2.797.296	-	5.438	-
Operações de crédito - Setor Público	25.107	-	-	-	935.712	-	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	-	16.873.923	-	-	-	12.907.004	-
Outros créditos	890.757	7.994	-	-	791.917	3.674	-	-
Outros valores e bens	-	-	17.574	-	-	-	-	-
<b>PASSIVO:</b>	<b>37.655.504</b>	<b>927.718</b>	<b>1.661.881</b>	<b>3.354.443</b>	<b>35.791.853</b>	<b>698.465</b>	<b>976.165</b>	-
Depósitos	475.125	817.489	44.294	1.805	490.831	598.905	21.891	-
Captações no mercado aberto	-	110.229	320.167	-	-	99.560	700.354	-
Repasses do país - instituições oficiais (3)	34.632.904	-	-	-	34.168.435	-	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (4)	127.651	-	-	-	64.911	-	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (4)	2.372.149	-	-	-	1.025.140	-	-	-
Obrigações diversas	47.675	-	1.297.420	3.352.638	42.536	-	253.920	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência da atualização da especificação. O valor divulgado em 30/06/2015 foi de R\$ 3.845.890.

(3) Foi acrescentado em 30/06/2015 no grupo Controladora o valor de R\$ 34.165.697, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2015 de R\$ 2.738 referia-se apenas a União.

(4) Valores do grupo Controladora não apresentados em 30/06/2015.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	1º semestre - 2016				1º semestre - 2015			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas (2)	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>RECEITAS:</b>	<b>78.251</b>	<b>10.400</b>	<b>925.114</b>	-	<b>136.246</b>	<b>15.474</b>	<b>685.412</b>	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	721.063	-	-	-	380.903	-
Rendas prestação serviços	28.068	-	204.051	-	96.514	-	304.509	-
Rendas de operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	50.183	10.400	-	-	39.732	15.474	-	-
<b>DESPESAS:</b>	<b>(2.350)</b>	<b>(56.348)</b>	<b>(597.281)</b>	<b>(568.044)</b>	<b>(2.031)</b>	<b>(28.467)</b>	<b>(246.757)</b>	<b>(437.116)</b>
Operações de captação no mercado	-	(56.348)	(1.192)	-	-	(28.467)	-	-
Pessoal (2)	-	-	-	(454.150)	-	-	-	(404.865)
Administrativas	-	-	-	(33.478)	-	-	-	(32.251)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(80.416)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.350)	-	(596.089)	-	(2.031)	-	(246.757)	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentado em 30/06/2015.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Remuneração do pessoal chave da administração**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2016	2015
	1º semestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	<b>20.216</b>	<b>20.248</b>
Proventos	15.068	15.069
Encargos Sociais	5.148	5.179

Descrição	30/06/2016 (valores em R\$)		30/06/2015 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	36.886,00	50.973,08	33.532,00
Salário médio	42.982,42	8.218,57	41.131,48	7.244,59
Menor salário	39.685,01	2.429,00	37.976,06	2.208,00
Benefícios	5.500,35	2.796,05	4.131,00	2.376,00

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA

**Nota 32 – Benefícios a empregados**

**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Benefícios de curto prazo	3.440.420	3.020.078	3.180.327
Natureza salarial	3.067.175	2.500.687	2.753.917
Participação dos empregados no lucro	373.245	519.391	426.410
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	20.062.102	15.744.858	16.397.054
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	14.696.873	12.068.398	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.236.705	1.097.455	1.055.997
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4))	4.128.524	2.579.005	3.243.208
<b>Total</b>	<b>23.502.522</b>	<b>18.764.936</b>	<b>19.577.381</b>

**(b) Benefícios de curto prazo:**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

#### (a) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa ([www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

A Fundação conta ainda com grupos e comissões internos criados com objetivos específicos e instaurados por meio de Portaria da Presidência da FUNCEF (PRESI).

Quanto aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

#### (b) Riscos atuariais

Dentre outros riscos, a CAIXA está exposta ao risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora dos Planos de Previdência administrados pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) e dos planos Saúde Caixa, auxílio/cesta alimentação e assistidos PREVHAB, sob gestão direta da própria CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário.

**(c) Estratégia de confrontação de ativos/passivos**

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

**(d) Planos de benefícios**

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um dos planos, inclusive os administrados pela FUNCEF:

**(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31/12/2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 14.696.873 (31/12/2015 – R\$ 12.068.398 – 30/06/2015 – R\$ 12.097.849).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## **(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação**

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2015 a agosto de 2016 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 652,08 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2015 a agosto de 2016 é de R\$ 491,52 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. No primeiro semestre de 2016 foram concedidos 433 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.236.705 (31/12/2015 – R\$ 1.097.455 – 30/06/2015 – R\$ 1.055.997).

## **(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB**

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

## **(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar**

### **• REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R\$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado o montante de R\$ 2.307.318 (posição 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

**(e) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:**

Não houve variação expressiva na quantidade de beneficiários para o período de 30/06/2016, dada a baixa volatilidade de entradas e saídas de participantes.

Descrição	31/12/2015			30/06/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	93.523	60.939	154.462	96.120	56.335	152.455
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.101	15.101	-	14.501	14.501
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	66	66
REG/REPLAN	25.127	38.513	63.640	28.227	35.129	63.356
REB	7.265	705	7.970	7.420	654	8.074
Novo Plano	88.028	4.865	92.893	90.411	3.907	94.318

**(f) Avaliação atuarial dos planos de benefício**

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 30/06/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

### **(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:**

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,50% para 2017, 5,00% para 2018, 4,50% para 2019, 4,00% para 2020, 3,50% para 2021, 3,00% para 2022, 2,50% para 2023, 2,00% para 2024 e 1,50% a partir de 2025 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:**

Descrição	Saúde CAIXA (3)			Auxílio e Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Taxa anual de juros (1)	11,8	13,91	11,72	11,66	14,22	11,94	11,68	14,42	12,12
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	5,43	N/A	N/A	5,43	5,18	6,47	5,43
Taxa de inflação média anual	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11,68	14,42	12,12
Taxa de rotatividade (2)	1,08	1,08	1,21	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	N/A	CSO - 58	CSO - 58	N/A	CSO - 58	CSO - 58	N/A
Entrada em aposentadoria	H - 55; M - 52	H - 55; M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,18%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% para 2024 e 1,00% a partir de 2025 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Taxa anual de juros (1)	11,66	11,67	14,27	11,98	11,67	14,37	12,06	11,66	14,27	11,98
Aumento anual dos salários (projeção)	5,18	7,7	N/A	9,03	9,23	10,87	10,2	8,51	9,85	8,14
Aumento anual dos benef. (projeção)	5,18	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Taxa de inflação média anual	5,18	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,66	11,67	14,27	11,98	11,67	14,37	12,06	11,66	14,27	11,98
Taxa de rotatividade (2)	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 53 M - 48	H - 55 M - 52	H - 53 M - 48	H - 53 M - 48	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,18%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

**(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:**

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA <sup>1</sup> no início do período	(12.068.398)	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(49.944)
Custo do serviço corrente	(89.355)	(94.741)	(162.210)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(825.764)	(703.458)	(588.469)	(82.021)	(122.223)	(57.711)	(2.813)	(5.691)	(3.042)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(1.898.873)	636.355	(2.155.886)	(114.014)	(219.016)	(186.276)	(3.198)	10.131	5.894
Ajuste de experiência	(392.345)	1.151.246	(193.209)	(16.513)	(309.166)	(182.301)	900	5.988	5.382
Alterações premissas demográficas	-	(31.196)	(479.584)	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(1.506.528)	(483.695)	(1.483.093)	(97.501)	90.150	(3.975)	(4.098)	4.143	512
Benefícios pagos pelo plano	185.517	191.295	155.665	56.785	104.930	49.137	2.316	4.388	2.305
<b>VPOA<sup>1</sup> no final do período</b>	<b>(14.696.873)</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(1.236.705)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(44.811)</b>	<b>(41.116)</b>	<b>(44.787)</b>

**VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da Obrigação Atuarial**

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA <sup>1</sup> no início do período	(38.512.812)	(3.901.853)	(41.801.945)	(41.801.945)	(277.605)	(276.926)	(254.556)	(861.104)	(721.415)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	4.272	(83.659)	(74.255)	(691)	(1.501)	(1.217)	(8.300)	(11.757)	(9.099)
Custo de juros	(2.639.094)	(268.292)	(5.300.051)	(2.586.749)	(17.394)	(16.381)	(15.670)	(59.472)	(42.705)	(36.316)
Contribuições esperadas de participantes	(35.835)	(9.648)	(30.704)	(11.311)	(333)	(172)	(9)	-	-	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(3.258.609)	(306.847)	1.816.641	(3.022.067)	(21.000)	6.707	(14.981)	(207.018)	(102.102)	(108.537)
Ajuste de experiência	83.312	200.305	(2.927.808)	(3.077.081)	10.045	(27.901)	(20.432)	(18.828)	(218.026)	(126.843)
Alterações premissas demográficas	-	-	190.595	124.178	-	-	3.003	-	(2.610)	19.690
Alterações premissas financeiras	(3.341.921)	(507.152)	4.553.854	(69.164)	(31.045)	34.608	2.448	(188.190)	118.534	(1.384)
Benefícios pagos pelo plano	1.209.003	96.638	2.985.053	1.381.678	12.058	10.668	9.507	20.263	16.875	13.956
<b>VPOA<sup>1</sup> no final do período</b>	<b>(43.237.347)</b>	<b>(4.385.730)</b>	<b>(42.414.665)</b>	<b>(46.114.649)</b>	<b>(304.965)</b>	<b>(277.605)</b>	<b>(276.926)</b>	<b>(1.115.631)</b>	<b>(861.104)</b>	<b>(721.415)</b>

**VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da Obrigação Atuarial**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:**

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2017	426.640	117.936	4.213	3.089.135	253.324	22.705	56.004
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2018	450.795	108.235	4.679	2.952.780	253.733	21.244	55.763
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2019	472.097	99.240	4.250	2.805.947	249.962	19.862	55.623
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2020 ou posterior	488.849	90.892	3.849	2.662.656	244.661	18.559	54.903
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2021 ou posterior	12.858.492	820.402	27.820	31.726.829	3.384.050	222.595	893.338
<b>Total</b>	<b>14.696.873</b>	<b>1.236.705</b>	<b>44.811</b>	<b>43.237.347</b>	<b>4.385.730</b>	<b>304.965</b>	<b>1.115.631</b>
<i>Duration do passivo atuarial na data base 30/06/2016</i>	27,86 anos	12,82 anos	8,54 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos	12,22 anos

**(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:**

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
				Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VJAP <sup>1</sup> no início do período	41.116	44.787	49.944	33.898.176	3.988.451	39.189.888	39.189.888	250.893	271.957	263.803	344.443	370.040	279.514
Receitas de juros	2.813	2.650	3.042	2.309.974	277.282	4.768.136	2.421.034	15.682	16.092	16.263	23.833	21.971	17.118
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	3.198	(4.238)	(5.894)	554.062	75.098	(3.165.071)	(292.317)	52.442	(27.064)	1.226	252.709	(53.223)	77.468
Contribuições do empregador	-	-	-	2.456	11.459	48.022	36.337	353	405	163	24.139	22.529	9.896
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	35.835	9.648	30.704	11.311	333	172	9	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(2.316)	(2.083)	(2.305)	(1.209.003)	(96.638)	(2.985.053)	(1.381.678)	(12.058)	(10.669)	(9.507)	(20.263)	(16.874)	(13.956)
<b>VJAP<sup>1</sup> no final do período</b>	<b>44.811</b>	<b>41.116</b>	<b>44.787</b>	<b>35.591.500</b>	<b>4.265.300</b>	<b>37.886.626</b>	<b>39.984.575</b>	<b>307.645</b>	<b>250.893</b>	<b>271.957</b>	<b>624.861</b>	<b>344.443</b>	<b>370.040</b>

(1) VJAP<sup>1</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:**

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN salgado			REG/REPLAN não salgado			REB			NOVO PLANO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	54,27%	51,65%	47,50%	54,83%	51,65%	46,74%	56,96%	53,25%	47,93%	68,42%	63,48%	56,74%
Renda Variável	-	-	-	21,41%	23,76%	27,83%	23,54%	23,76%	28,55%	23,01%	23,94%	27,55%	17,68%	18,14%	21,43%
Investimentos Estruturados	-	-	-	9,59%	9,31%	10,46%	8,92%	9,31%	12,52%	6,81%	7,89%	9,79%	4,21%	-	10,07%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	11,55%	11,99%	11,10%	11,08%	11,99%	10,59%	4,14%	4,54%	4,45%	0,65%	0,73%	0,75%
Operações com Participantes	-	-	-	3,02%	3,27%	3,10%	1,63%	3,27%	1,60%	9,05%	10,37%	10,29%	9,03%	-	11,01%
Outros Investimentos	-	-	-	0,01%	0,02%	0,02%	0%	0,02%	0,01%	0%	0,01%	0,01%	0%	17,65%	0%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:**

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN salgado	REG/REPLAN não salgado	REB	NOVO PLANO
Caderneta de Poupança - Carteira própria	-	-	-	114.262	15.327	3.559	16.124
Fundos de Investimentos - Carteira própria	-	-	-	20.317.189	2.176.934	685.844	4.636.332
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	4.714.497	505	65	64
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.145.948</b>	<b>2.192.766</b>	<b>689.468</b>	<b>4.652.520</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:**

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA <sup>1</sup> no final do período	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	(44.812)	(41.116)	(44.787)
VJAP <sup>2</sup> no final do período	-	-	-	-	-	-	44.812	41.116	44.787
Superávit/ (déficit) do plano	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo <sup>4</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(14.696.873)</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(1.236.705)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP<sup>2</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado	REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA <sup>1</sup> no final do período	(43.237.347)	(4.385.730)	(42.414.665)	(46.114.648)	(304.965)	(277.605)	(276.926)	(1.115.631)	(861.104)	(721.415)
VJAP <sup>2</sup> no final do período	35.591.500	4.265.300	37.886.627	39.984.575	307.645	250.893	271.957	624.861	344.443	370.040
Superávit/ (déficit) do plano	(7.645.847)	(120.430)	(4.528.038)	(6.130.073)	2.680	(26.712)	(4.969)	(490.770)	(516.661)	(351.375)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial <sup>3</sup>	3.822.923	60.215	2.307.318	3.065.036	-	13.356	2.485	245.385	258.331	175.687
Efeito do teto do Ativo <sup>4</sup>	-	-	(86.598)	-	(2.680)	-	-	-	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(3.822.923)</b>	<b>(60.215)</b>	<b>(2.307.318)</b>	<b>(3.065.036)</b>	<b>-</b>	<b>(13.356)</b>	<b>(2.485)</b>	<b>(245.385)</b>	<b>(258.331)</b>	<b>(175.687)</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP<sup>2</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:**

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.097.455)	(1.055.997)	(861.147)	-	-	-
Custo do serviço	(89.355)	(94.741)	(162.210)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(825.764)	(703.458)	(588.469)	(82.021)	(64.512)	(57.711)	-	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	185.517	191.295	155.665	56.785	55.794	49.137	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.898.873)	636.355	(2.155.886)	(114.014)	(32.740)	(186.276)	-	-	-
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(14.696.873)</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(1.236.705)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(2.307.318)	-	(1.306.029)	(1.306.029)	(13.356)	(2.485)	-	(258.331)	(175.687)	(150.953)
Custo do serviço	-	4.272	(83.658)	(74.254)	(691)	(1.501)	(1.217)	(8.299)	(11.757)	(9.099)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(164.560)	-	(265.958)	(82.857)	(856)	(145)	-	(17.820)	(10.367)	(9.599)
Contribuições da empresa	2.456	11.459	48.022	36.337	353	405	163	24.139	22.529	9.896
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.353.501)	(75.946)	(699.695)	(1.638.233)	14.550	(9.630)	(1.431)	14.926	(83.049)	(15.932)
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(3.822.923)</b>	<b>(60.215)</b>	<b>(2.307.318)</b>	<b>(3.065.036)</b>	<b>-</b>	<b>(13.356)</b>	<b>(2.485)</b>	<b>(245.385)</b>	<b>(258.331)</b>	<b>(175.687)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:**

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e Cesta Alimentação		
	2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente líquido	(89.355)	67.469	(162.210)	-	-	-
Custo de juros líquidos	(825.764)	(114.988)	(588.470)	(82.021)	(6.801)	(57.711)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período</b>	<b>(915.119)</b>	<b>(47.519)</b>	<b>(750.680)</b>	<b>(82.021)</b>	<b>(6.801)</b>	<b>(57.711)</b>

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)										
Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	2016		2015		2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente líquido	-	4.272	(9.404)	(74.255)	(691)	(284)	(1.217)	(8.299)	(2.658)	(9.099)
Custo de juros líquidos	(164.560)	-	(183.100)	(82.857)	(856)	(145)	-	(17.820)	(768)	(9.599)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período</b>	<b>(164.560)</b>	<b>4.272</b>	<b>(192.504)</b>	<b>(157.112)</b>	<b>(1.547)</b>	<b>(429)</b>	<b>(1.217)</b>	<b>(26.119)</b>	<b>(3.426)</b>	<b>(18.698)</b>

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e Cesta Alimentação		
	2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	213.320	202.217	180.324	58.968	62.711	49.738
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>213.320</b>	<b>202.217</b>	<b>180.324</b>	<b>58.968</b>	<b>62.711</b>	<b>49.738</b>

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)									
Descrição	REG/REPLAN			REB			NOVO PLANO		
	2016	2015		2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	31.002	36.719	14.411	186	433	172	12.695	24.090	10.433
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>31.002</b>	<b>36.719</b>	<b>14.411</b>	<b>186</b>	<b>433</b>	<b>172</b>	<b>12.695</b>	<b>24.090</b>	<b>10.433</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros	(913.065)	(845.179)	(865.136)	(894.243)	N/A	N/A	(1.034.883)	(835.015)	(825.764)
Valor presente das obrigações	(15.248.672)	(14.135.440)	(14.150.769)	(15.277.013)	N/A	N/A	(17.333.280)	(13.944.496)	(14.696.873)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros	(73.897)	(77.148)	(75.833)	(75.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(75.352)
Valor presente das obrigações	(1.208.662)	(1.264.427)	(1.214.571)	(1.259.644)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.236.705)
<b>EX-PREVHAB</b>									
Custo dos juros	(4.895)	(5.351)	(5.119)	(5.103)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.494)
Valor presente das obrigações	(42.958)	(46.860)	(43.950)	(45.692)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.812)
<b>REG/REPLAN salgado</b>									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Custo dos juros	(4.744.012)	(5.183.006)	(4.925.191)	(4.978.032)	N/A	N/A	N/A	N/A	(164.560)
Valor presente das obrigações	(41.448.756)	(45.213.709)	(42.115.949)	(44.391.219)	N/A	N/A	N/A	N/A	(43.237.347)
<b>REG/REPLAN não salgado</b>									
Custo dos serviços	(8.731)	(11.062)	(4.531)	(10.640)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.272)
Custo dos juros	(483.420)	(527.987)	(500.230)	(508.786)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Valor presente das obrigações	(4.204.306)	(4.586.200)	(4.258.448)	(4.517.114)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.385.730)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços	(292.081)	(2.522)	(1.172)	(2.459)	N/A	N/A	N/A	N/A	(691)
Custo dos juros	(33.426)	(36.525)	(34.686)	(34.914)	N/A	N/A	N/A	N/A	(856)
Valor presente das obrigações	(292.349)	(318.905)	(298.441)	(311.646)	N/A	N/A	N/A	N/A	(304.965)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços	(26.788)	(29.226)	(13.596)	(28.724)	N/A	N/A	N/A	N/A	(8.299)
Custo dos juros	(123.078)	(134.405)	(127.631)	(129.340)	N/A	N/A	N/A	N/A	(17.820)
Valor presente das obrigações	(1.069.481)	(1.166.626)	(1.085.554)	(1.146.611)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.115.631)

**CCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
<b>EX-PREHVAB</b>									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
<b>REG/REPLAN saldado</b>									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.850)
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(245.623)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
<b>REG/REPLAN não saldado</b>									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.334)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.852)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(145)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.965)
Valor presente das obrigações	(900.465)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.104)

**CCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(674.541)	(732.098)	(692.218)	(715.136)	N/A	N/A	(831.349)	(596.552)	(703.458)
Valor presente das obrigações	(11.596.286)	(12.595.421)	(11.659.146)	(12.563.323)	N/A	N/A	(14.281.699)	(10.272.197)	(12.097.849)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(63.498)	(66.317)	(64.696)	(66.023)	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.512)
Valor presente das obrigações	(1.039.006)	(1.086.237)	(1.036.846)	(1.076.192)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.055.997)
<b>Assistidos PREVHAB</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.592)	(2.724)	(2.654)	(2.645)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.650)
Valor presente das obrigações	(43.812)	(46.026)	(43.959)	(45.613)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.787)
<b>REG/REPLAN</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(3.662)	(10.377)	(6.496)	(7.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.404)
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.692.272)	(2.728.154)	(2.705.588)	(2.720.848)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.713.302)
Valor presente das obrigações	(45.775.217)	(46.313.322)	(45.046.783)	(47.192.968)	N/A	N/A	N/A	N/A	(46.114.648)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(1.589)	(1.575)	(1.486)	(1.698)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.501)
Custo dos juros para o próximo semestre	(16.088)	(16.644)	(16.268)	(16.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.381)
Valor presente das obrigações	(272.146)	(281.341)	(269.632)	(284.783)	N/A	N/A	N/A	N/A	(276.926)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(12.547)	(11.044)	(11.078)	(12.483)	N/A	N/A	N/A	N/A	(11.757)
Custo dos juros para o próximo semestre	(36.887)	(35.493)	(35.396)	(36.846)	N/A	N/A	N/A	N/A	(42.705)
Valor presente das obrigações	(622.029)	(598.347)	(584.841)	(634.252)	N/A	N/A	N/A	N/A	(721.415)

**HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido:**

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
REG/REPLAN	9.820	21.528	10.053
<b>Total</b>	<b>9.820</b>	<b>21.528</b>	<b>10.053</b>

**(h) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:**

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Causas judiciais	4.229	3.390	2.116
<b>Total</b>	<b>4.229</b>	<b>3.390</b>	<b>2.116</b>

### Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultados e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**a) Exigência de Capital Regulatório**

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	30/06/2016	30/06/2015
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>72.076.198</b>	<b>77.543.602</b>
<b>Nível I</b>	<b>49.394.585</b>	<b>57.802.919</b>
Capital Principal – CP	49.394.585	57.802.919
Patrimônio Líquido (1)	25.895.293	26.436.920
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.645	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(2.774.878)	(198.111)
Ajustes prudenciais	(10.179.474)	(4.522.456)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
<b>Nível II</b>	<b>22.681.614</b>	<b>19.740.683</b>
Instrumentos de dívida subordinada	22.087.321	18.653.065
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(800.796)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.283.089)	
Notas Subordinadas	1.570.391	1.619.165
Letras Financeiras	318.600	273.180
Letras Financeiras (dedução 20%)	(2.635)	(3.931)
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.974)	-
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>563.833.655</b>	<b>554.171.966</b>
Risco de crédito - $RWA_{CPAD}$	508.456.278	517.010.889
Risco de mercado – carteira de negociação - $RWA_{MPAD}$	11.221.034	3.567.837
Taxa de juros – $RWA_{JUR}$	3.069.118	1.756.766
Commodities – $RWA_{COM}$	2.018.876	-
Ações – $RWA_{ACS}$	-	-
Câmbio – $RWA_{CAM}$	6.133.040	1.811.071
Risco operacional - $RWA_{OPAD}$	44.156.342	33.593.240
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (<math>RWA * 0,11</math>) - PRMR</b>	<b>55.678.573</b>	<b>60.958.916</b>
<b>Risco de mercado – carteira de não negociação - <math>R_{BAN}</math></b>	<b>8.746.152</b>	<b>8.381.101</b>
<b>Margem de capital (PR - PRMR - <math>R_{BAN}</math>)</b>	<b>7.651.473</b>	<b>8.203.585</b>
<b>Índice de capital principal (CP / RWA)</b>	<b>8,76%</b>	<b>10,43%</b>
<b>Índice de capital nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>8,76%</b>	<b>10,43%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>12,78%</b>	<b>13,99%</b>
<b>Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)</b>	<b>9,88%</b>	<b>-</b>

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **Nota 34 – Eventos Subsequentes**

O Decreto nº 8.830 de 04 de agosto de 2016, altera o estatuto da CAIXA aumentando o seu Capital Social para R\$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015 no valor de R\$ 2.782.369.

Gilberto Magalhães Occhi  
Presidente

Antônio Carlos Ferreira  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Fabio Soares da Silva  
Vice-presidente interino  
Portaria nº 532/2016

Joaquim Lima de Oliveira  
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz  
Vice-presidente

Lucas José Palomero  
Vice-presidente interino  
Portaria nº 686/2016

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto  
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza  
Vice-presidente

Paulo José Galli  
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 022351/O-1-DF